

DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS 2023



Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A | Resultados do 4º trimestre de 2023

Rio Branco, 12 de março de 2024 - A Administração da Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (“Energisa Acre”, “EAC” ou “Companhia”) apresenta resultados do quarto trimestre (4T23) e exercício de 2023. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:



292 mil
clientes cativos



56
clientes livres



907 mil
habitantes



164.173
Km²



1.223
colaboradores ^(*)
649 próprios e
574 terceirizados



22
municípios

(*) Não considera os colaboradores das empresas prestadoras de serviço ligadas à construção.

No final do exercício, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2023	2022	Acréscimo
Subestações – nº	25	19	6
Capacidade instalada nas subestações – MVA	553	435	118
Linhas de transmissão – km	801	645	156
Redes de distribuição – km	22.260	21.612	648
Transformadores instalados nas redes de distribuição – nº	41.417	39.345	2.072
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) – MVA	613	570	43

Nota: Alguns dados são provisórios passíveis de ajustes de inventário e contagem.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1 Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia:

Desempenho Econômico-Financeiro						
Resultados - R\$ milhões						
Descrição	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	290,5	187,3	+ 55,1	1.137,0	1.007,8	+ 12,8
Receita operacional líquida, sem receita de construção ⁽¹⁾	159,6	120,0	+ 33,0	759,0	651,1	+ 16,6
Margem bruta	51,2	22,7	+ 125,1	331,9	284,3	+ 16,8
Margem bruta ajustada ⁽²⁾	57,8	22,0	+ 162,6	336,3	281,9	+ 19,3
EBITDA ajustado recorrente ⁽³⁾	(13,4)	(34,4)	- 61,2	134,5	117,1	+ 14,9
Resultado financeiro	(15,8)	(41,1)	- 61,6	(94,8)	(118,9)	- 20,2
(Prejuízo) / Lucro líquido ajustado recorrente ⁽⁴⁾	(36,7)	0,6	-	(13,2)	42,7	-
Indicadores Operacionais						
Número de consumidores cativos (mil)	291,7	286,4	+ 1,8	291,7	286,4	+ 1,8
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) ⁽⁵⁾	321,5	290,6	+ 10,6	1.163,3	1.084,8	+ 7,2
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (TUSD) (GWh) ⁽⁵⁾	344,3	305,7	+ 12,6	1.238,3	1.143,4	+ 8,3
Indicador Relativo						
EBITDA ajustado/Receita líquida (%)	(4,6)	(18,4)	+ 13,8 p.p.	11,8	11,6	+ 0,2 p.p.
Indicadores Financeiros - R\$ milhões						
	2023	2022	Var. %			
Ativo Total	2.464,0	2.196,8	+ 11,9			
Caixa/equivalentes de caixa/aplicações financeiras	49,2	50,1	- 1,7			
Patrimônio líquido	923,4	442,5	+ 107,7			
Endividamento líquido	983,2	1.094,3	- 10,1			

(1) Receita de construção: receita de construção da infraestrutura + receita de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão + receita das margens da obrigação de performance da construção. | (2) Margem bruta ajustada: Margem bruta expurgando o efeito do VNR. | (3) EBITDA ajustado recorrente: EBITDA expurgando o efeito do VNR. | (4) Lucro líquido ajustado recorrente: Lucro líquido expurgando o efeito do VNR. | (5) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A ANEEL aprovou em dezembro de 2023 a Revisão Tarifária Periódica da EAC homologando um crescimento real de 39% da base de ativos da distribuidora. Para mais detalhes recorrer ao item 8 deste documento.

3. Receita operacional

No 4T23, a receita operacional líquida deduzida da receita de construção mostrou aumento de 33,0% (R\$ 39,6 milhões) no trimestre, para R\$ 159,6 milhões.

A receita operacional líquida do período está influenciada, em parte, pela atualização financeira do VNR no valor negativo de R\$ 6,7 milhões. Desta forma, a receita operacional líquida sem receita de construção e sem VNR, no 4T23, foi de R\$ 166,2 milhões, 39,4% (R\$ 46,9 milhões) acima do que o mesmo período de 2022.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Receita operacional por segmento (R\$ milhões)	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	273,5	209,9	+ 30,3	971,9	853,9	+ 13,8
✓ Residencial	160,0	118,1	+ 35,4	552,7	469,0	+ 17,8
✓ Industrial	5,8	6,3	- 8,0	25,4	25,6	- 0,8
✓ Comercial	53,9	44,4	+ 21,4	199,6	188,1	+ 6,1
✓ Rural	10,9	8,2	+ 33,1	40,3	37,1	+ 8,5
✓ Outras classes	42,9	32,9	+ 30,4	154,0	134,1	+ 14,9
(+) Suprimento de energia elétrica	8,1	6,5	+ 24,7	47,4	29,4	+ 61,2
(+) Fornecimento não faturado líquido	(7,7)	(7,3)	+ 6,2	(0,9)	(5,3)	- 82,4
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	7,7	4,6	+ 66,7	32,5	18,8	+ 72,7
(+) Receita de construção de infraestrutura	130,9	67,3	+ 94,6	377,9	356,7	+ 6,0
(+) Ativos e passivos financeiros setoriais - constituição e amortização	(37,5)	(39,0)	- 4,0	3,2	29,5	- 89,2
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	11,4	8,4	+ 35,9	40,6	31,9	+ 27,2
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(6,7)	0,7	-	(4,3)	2,4	-
(+) Outras receitas	(0,1)	0,4	-	0,8	0,5	+ 64,9
(=) Receita operacional bruta	379,6	251,5	+ 50,9	1.469,2	1.317,9	+ 11,5
(-) Impostos sobre vendas	68,4	47,4	+ 44,4	255,5	240,8	+ 6,1
(-) Encargos setoriais	20,6	16,8	+ 22,8	76,8	69,3	+ 10,7
(=) Receita operacional líquida	290,5	187,3	+ 55,1	1.137,0	1.007,8	+ 12,8
(-) Receita de construção de infraestrutura	130,9	67,3	+ 94,6	377,9	356,7	+ 6,0
(=) Receita operacional líquida, sem receita de construção de infraestrutura	159,6	120,0	+ 33,0	759,0	651,1	+ 16,6

3.1 Margem bruta

No 4T23, a margem bruta alcançou R\$ 51,82 milhões, 125,1% maior do que o mesmo período do ano anterior. Já a margem bruta ajustada atingiu R\$ 57,8 milhões, aumento de 162,6% em relação ao 4T22.

Margem bruta Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita operacional líquida	290,5	187,3	+ 55,1	1.137,0	1.007,8	+ 12,8
(-) Custo de construção de infraestrutura	130,9	67,3	+ 94,6	377,9	356,7	+ 6,0
(=) Receita operacional líquida (sem custo de construção de infraestrutura)	159,6	120,0	+ 33,0	759,0	651,1	+ 16,6
(-) Custos e despesas não controláveis	108,4	97,3	+ 11,4	427,1	366,8	+ 16,4
Energia elétrica comprada para revenda	98,3	87,1	+ 12,8	386,7	331,3	+ 16,7
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	10,1	10,1	- 0,4	40,4	35,5	+ 13,6
(=) Margem bruta	51,2	22,7	+ 125,1	331,9	284,3	+ 16,8
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(6,7)	0,7	-	(4,3)	2,4	-
(=) Margem bruta ajustada	57,8	22,0	+ 162,6	336,3	281,9	+ 19,3

No comparativo entre os trimestres, a variação da receita líquida é explicada principalmente pelos seguintes fatores:

- (i) A receita de energia elétrica apresentou crescimento de 30,3% acima do registrado no mesmo período em virtude do mercado da distribuidora que cresceu 12,6% no comparativo entre os trimestres e por um efeito de tarifa maior em função do reajuste tarifário ocorrido em dezembro de 2022 (+14,5% em média);
- (ii) Na rubrica de Suprimento de Energia, composta pela liquidação de energia no mercado de curto prazo, a variação de 24,7% é reflexo do maior montante negociado no curto prazo, no total de R\$ 1,6 milhão no trimestre.
- (iii) A linha de ativos e passivos financeiros foi impactado pelos efeitos da sobrecontratação de energia elétrica no montante negativo de R\$ 40,9 milhões no 4T23 e R\$ 42,1 milhões no 4T22.
- (iv) A linha de ativo financeiro da concessão - VNR apresentou redução de R\$ 7,4 milhões no 4T23 na comparação ao mesmo período do ano passado, devido a menor inflação registrada no período referente à atualização ativo financeiro e devido ao ajuste negativo de R\$ 6,7 milhões na linha de VNR, efeito oriundo da revisão tarifária.

3.2 Mercado de energia

No trimestre, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo) localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 344,3 GWh aumento de 12,6% em relação ao mesmo período do ano anterior (maior taxa para o 4T em 11 anos).

O mercado da distribuidora cresceu nas principais classes de consumo. A classe residencial direcionou 65% da alta, registrando crescimento de 16,5% (ou 25,6 GWh), puxada principalmente por temperaturas elevadas (necessidade de resfriamento foi 17% maior, com temperaturas acima de 37°C em Rio Branco). A classe comercial (+8,8% ou 6,1 GWh) cresceu motivada pelas elevadas temperaturas e grandes varejistas do setor de alimentos. Já a rubrica outros (+9,9% ou 5,7 GWh) foi beneficiada pela retomada de atividades do setor de educação pública. A classe rural (8,2% ou 0,9 GWh) teve como destaque o segmento agropecuário. Por fim, no consumo industrial (1,6% ou 0,2 GWh), os clientes ligados a fabricação de alimentos, sobretudo frigoríficos, foram destaque.

A composição do mercado no trimestre foi a seguinte:

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Residencial	180,6	155,0	+ 16,5	635,8	566,4	+ 12,3
Industrial	12,6	12,4	+ 1,6	47,0	47,9	- 1,8
Cativo Industrial	6,6	9,5	- 30,4	30,6	36,0	- 14,9
Livre Industrial	5,9	2,8	+ 109,4	16,4	11,9	+ 37,5
Comercial	75,3	69,2	+ 8,8	277,4	265,5	+ 4,5
Cativo Comercial	58,4	56,9	+ 2,6	218,8	218,8	- 0,0
Livre Comercial	16,9	12,3	+ 37,3	58,6	46,7	+ 25,5
Rural	12,0	11,1	+ 8,2	45,0	45,1	- 0,2
Cativo Rural	12,0	11,1	+ 8,2	45,0	45,1	- 0,2
Livre Rural	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
Outros	63,8	58,1	+ 9,9	233,1	218,5	+ 6,7
Cativo Outros	63,8	58,1	+ 9,9	233,1	218,5	+ 6,7
Livre Outros	0,0	0,0	-	0,0	0,0	-
1 Vendas de energia no mercado cativo	321,5	290,6	+ 10,6	1.163,3	1.084,8	+ 7,2
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	22,8	15,1	+ 50,8	75,0	58,6	+ 27,9
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	344,3	305,7	+ 12,6	1.238,3	1.143,4	+ 8,3
4 Fornecimento não faturado	1,5	5,5	- 73,2	7,4	5,2	+ 41,8
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	345,7	311,2	+ 11,1	1.245,7	1.148,6	+ 8,5

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

A Companhia encerrou o período com 291.706 unidades consumidoras cativas, número 1,8% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior e com 56 consumidores livres.

Para maiores detalhes, acessar o Boletim de Mercado - [clique no link](#)

3.3 Perdas de energia elétrica (“perdas”)

As perdas de energia alcançaram 14,69% no 4T23, uma redução de 0,26 p.p. em relação às perdas registradas no 4T22, ficando 5,03 p.p abaixo do limite regulatório. É o melhor resultado histórico de fechamento anual da companhia. -

Últimos 12 meses

Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	dez/22	set/23	dez/23	
9,97	9,63	9,46	4,98	4,92	5,22	14,95	14,55	14,69	19,72

3.4 Gestão da inadimplência

3.4.1 Taxa de inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”) e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Variação em p.p.
1,08	1,70	-0,63

Para os clientes residenciais de baixa renda a Energisa aderiu ao programa “Desenrola Brasil” que foi ação relevante na regularização de débitos dos clientes aptos ao programa contribuindo na redução de R\$ 1,4 MM na PPECLD no trimestre.

3.4.2 Taxa de arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre o faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Em 12 meses (%)		
dez/23	dez/22	Variação em p.p.
95,87	95,02	0,85

3.5 Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A Companhia manteve o seu excelente desempenho, apresentando resultados abaixo dos limites regulatórios para os indicadores DEC e o FEC, fruto das ações e investimentos realizados para melhoria da qualidade do serviço. No trimestre, houve uma redução de 2,68 horas no DEC de 1,27 vezes no FEC, em relação ao mesmo período do ano anterior.

DEC (horas)			FEC (vezes)			Limite DEC	Limite FEC
dez/23	dez/22	Var.(%)	dez/23	dez/22	Var.(%)		
23,67	26,35	- 10,2	8,92	10,19	- 12,5	44,46	35,56

3.6 Créditos de subvenção tarifária, baixa renda e sub-rogação

A Aneel autorizou o repasse de subsídios tarifários concedidos aos consumidores de baixa renda, rurais irrigantes e serviços públicos, através da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), em cumprimento ao disposto no Decreto nº 7.891 de 2013. Esses recursos, por sua vez, foram registrados como receita operacional via tarifa. Os valores, por distribuidora, são os seguintes:

Trimestre			Acumulado		
3T23	3T22	Var. %	9M23	9M22	Var. %
11,4	8,4	+ 35,9	40,6	31,9	+ 27,2

4. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 195,8 milhões no 4T23, aumento de 24,7% (R\$ 38,8 milhões), quando comparado com o mesmo trimestre de 2022.

A seguir, a composição dos custos e despesas operacionais da Companhia:

Composição dos custos e despesas operacionais Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
1 Custos e despesas não controláveis	108,4	97,3	+ 11,4	427,1	366,8	+ 16,4
1.1 Energia elétrica comprada para revenda	98,3	87,1	+ 12,8	386,7	331,3	+ 16,7
1.2 Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição	10,1	10,1	- 0,4	40,4	35,5	+ 13,6
2 Custos e despesas controláveis	50,3	49,5	+ 1,6	172,0	163,5	+ 5,1
2.1 PMSO	50,8	46,1	+ 10,1	156,6	145,8	+ 7,4
2.1.1 Pessoal, administradores e benefício pós-emprego	19,7	22,5	- 12,2	57,1	64,8	- 11,9
2.1.3 Material	4,0	2,3	+ 70,5	13,2	10,8	+ 22,6
2.1.4 Serviços de terceiros	27,4	19,3	+ 42,1	94,4	62,9	+ 50,0
2.1.5 Outras	(0,3)	2,0	-	(8,2)	7,3	-
✓ Penalidades contratuais e regulatórias	0,7	0,2	+ 291,0	2,0	0,8	+ 136,1
✓ Outros	(1,0)	1,8	-	(10,1)	6,4	-
2.2 Provisões/Reversões	(0,4)	3,4	-	15,4	17,8	- 13,2
2.2.1 Contingências	1,6	2,3	- 30,6	4,6	2,9	+ 59,2
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	(2,1)	1,1	-	10,8	14,9	- 27,3
3 Demais receitas/despesas	37,1	10,2	+ 264,2	89,3	41,4	+ 115,6
3.1 Amortização e depreciação	16,2	10,7	+ 51,6	59,5	40,1	+ 48,4
3.2 Outras receitas/despesas	20,9	(0,5)	-	29,8	1,3	+ 2.163,6
Total custos e despesas operacionais (1+2+3)	195,8	157,0	+ 24,7	688,3	571,8	+ 20,4
Custo de construção de infraestrutura ^(*)	130,9	67,3	+ 94,6	377,9	356,7	+ 6,0
Total custos e despesas operacionais (1+2+3, c/ custo de construção de infraestrutura)	326,7	224,3	+ 45,7	1.066,3	928,4	+ 14,8

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

✓ **Pessoal, administradores e benefício pós-emprego**

No trimestre, as despesas com pessoal, administradores e benefício pós-emprego atingiram R\$ 19,7 milhões, redução de 12,2% (R\$ 2,7 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado em função dos principais fatores abaixo:

- (i) - R\$ 1,9 milhões devido a maior capitalização registrada no período;
- (ii) - R\$ 1,1 milhão devido menor provisão de férias;

✓ Material

No 4T23, as despesas com materiais aumentaram R\$ 1,6 milhão em função de maiores despesas em materiais técnicos, frota e segurança (+ R\$ 0,9 milhão) e menor capitalização de materiais no trimestre (+ R\$ 0,8 milhão).

✓ Serviços de terceiros

No trimestre, as despesas com serviços de terceiros atingiram R\$ 27,4 milhões, aumento de 42,1% (R\$ 8,1 milhões) em relação ao mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) + R\$ 4,4 milhões com despesas com proteção a receita e atendimento ao cliente, sendo R\$ 3,0 milhões para atendimento à resolução ANEEL nº 1.000;
- (ii) + R\$ 3,8 milhões nas despesas de manutenção e conservação como poda de árvore, limpeza de faixa de servidão e manutenção em linhas e equipamentos.

✓ Outras despesas

No trimestre, as outras despesas atingiram o valor negativo de R\$ 0,3 milhão, variação de R\$ 2,3 milhões na comparação com o mesmo período do ano passado, que é explicado pelos principais fatores:

- (i) - R\$ 3,0 milhões referentes ao reembolso de Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), contrapartida aos projetos Vila Restauração e Mais Luz para Amazônia;
- (ii) + R\$ 0,2 milhão de maiores despesas com patrocínio e doações.

Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

PPECLD de R\$ 10,8 milhões, redução de R\$ 4,1 milhões no ano. Para maiores detalhes, recorrer ao item 3.4.1 deste relatório.

Outras receitas/despesas

No trimestre, as outras despesas líquidas apresentaram um aumento de R\$ 21,4 milhões na comparação com o mesmo período de ano anterior, em função principalmente do pagamento de R\$ 11,0 milhões referente ao REFIS atrelados a autos de infração de natureza fiscal e R\$ 2,3 milhões de baixas contábeis registradas no período.

5. Lucro líquido e EBITDA

No trimestre, o prejuízo líquido foi de R\$ 41,1 milhões, redução de R\$ 47,2 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o prejuízo líquido ajustado recorrente do trimestre seria de R\$ 36,7 milhões, R\$ 37,4 milhões abaixo do registrado no 4T22.

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) (Prejuízo) / Lucro líquido do período	(41,1)	6,0	-	(47,2)	(16,1)	44,3	-	(60,4)
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(4,4)	0,5	-	(4,9)	(2,9)	1,6	-	(4,4)
(=) (Prejuízo) / Lucro líquido ajustado	(36,7)	5,6	-	(42,3)	(13,2)	42,7	-	(55,9)
Efeitos não recorrentes								
(+) Receita não faturada ⁽¹⁾	-	(4,9)	-	4,9	-	-	-	-
(=) (Prejuízo) / Lucro líquido ajustado recorrente	(36,7)	0,6	-	(37,4)	(13,2)	42,7	-	(55,9)

(1) No 4T22, os valores atribuídos à “Receita não faturada” representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram reapresentados em 2023, resultando na sua eliminação.

O EBITDA totalizou - R\$ 20,0 milhões no trimestre, redução de 23,8% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando os efeitos não-recorrentes do 4T22 e o efeito não caixa do VNR, o EBITDA ajustado recorrente do trimestre seria de - R\$ 13,4 milhões, R\$ 21,1 milhões (- 61,2%) menor que o mesmo período do ano anterior.

Na EAC foram refletidos no 4T23 os impactos da revisão tarifária, sendo ajuste negativo de R\$ 6,9 milhões na linha de VNR referentes a perdas em desativações e itens obsoletos e efeito negativo de R\$ 11,0 milhões referentes ao REFIS atrelados a autos de infração de natureza fiscal na linha de outras despesas/receitas. No 4T23, os efeitos da sobrecontratação de energia elétrica tiveram impacto negativo de R\$ 40,9 milhões e R\$ 42,1 milhões no 4T22. Para mais detalhes, vide Nota Explicativa nº 9.1.4 da Energisa S.A..

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T23	4T22	Var. %	Var. R\$	2023	2022	Var. %	Var. R\$
(=) EBITDA	(20,0)	(26,3)	- 23,8	6,3	130,2	119,4	+ 9,0	10,8
(-) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	(6,7)	0,7	-	(7,4)	(4,3)	2,4	-	(6,7)
(=) EBITDA ajustado	(13,4)	(27,0)	- 50,5	13,6	134,5	117,1	+ 14,9	17,5
Efeitos não recorrentes								
(+) Receita não faturada ⁽¹⁾	-	(7,4)	-	7,4	-	-	-	-
(=) EBITDA ajustado recorrente	(13,4)	(34,4)	- 61,2	21,1	134,5	117,1	+ 14,9	17,5

(1) No 4T22, os valores atribuídos à "Receita não faturada" representaram reversões contábeis dos efeitos não recorrentes que foram reapresentados em 2023, resultando na sua eliminação.

6. Estrutura de capital

6.1 Caixa e endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R\$ 124,6 milhões em dezembro, frente aos R\$ 264,0 milhões registrados em setembro de 2023. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA)⁽¹⁾, que apresentaram saldos positivos de R\$ 75,4 milhões em dezembro contra montante R\$ 107,6 milhões em setembro de 2023.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R\$ 983,2 milhões, contra R\$ 939,8 milhões em setembro de 2023 e o indicador dívida líquida / EBITDA ajustado aumentou para 6,6x.

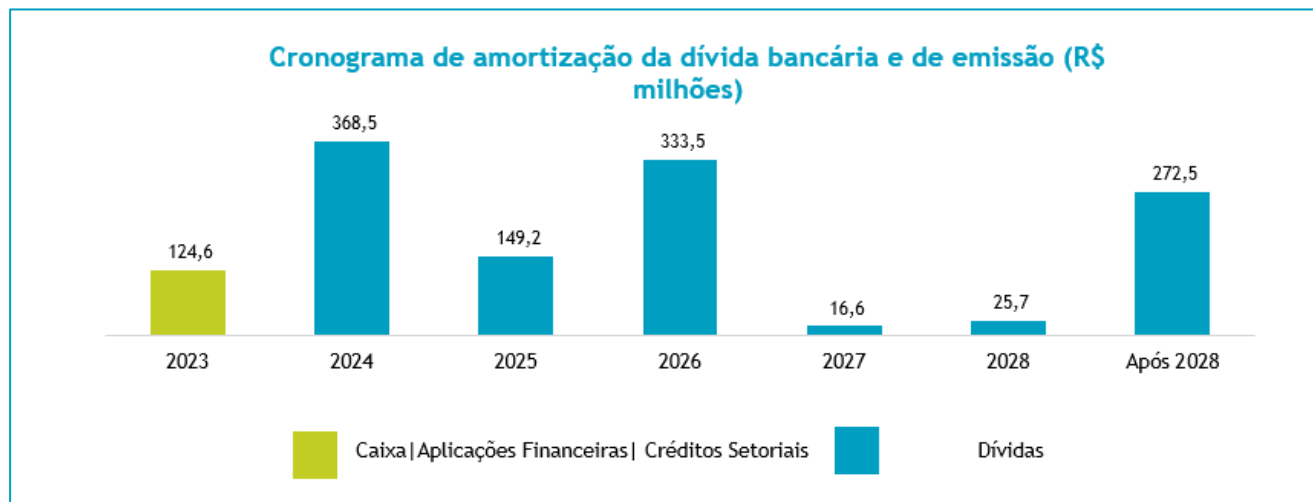
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023
Circulante	373,7	609,2	373,2
Empréstimos e financiamentos	260,0	293,2	101,0
Debêntures	7,7	216,4	205,4
Encargos de dívidas	100,8	97,4	80,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	5,3	2,1	(13,3)
Não Circulante	734,1	594,6	840,0
Empréstimos e financiamentos	377,1	378,9	619,0
Debêntures	420,5	272,8	270,9
Benefícios pós-emprego	0,0	0,1	0,1
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(63,5)	(57,1)	(50,0)
Total das dívidas	1.107,8	1.203,8	1.213,1
(-) Disponibilidades financeiras	49,2	156,4	212,3
✓ Caixa e equivalentes de caixa	24,4	21,7	178,3
✓ Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	24,8	134,7	34,0
Total das dívidas líquidas	1.058,6	1.047,4	1.000,9
(-) Créditos CDE	8,1	6,2	5,1
(-) Créditos CCC	101,5	91,6	86,3
(-) Créditos CVA ⁽¹⁾	(34,2)	9,8	54,2
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	983,2	939,8	855,2
Indicador Relativo			
Dívida líquida / EBITDA ajustado 12 meses ⁽²⁾	6,6	6,5	6,0

(1) Esses créditos se referem aos ativos e passivos financeiros setoriais. | (2) EBITDA ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

6.2 Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures da Companhia, em 31 de dezembro de 2023, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



7. Investimentos

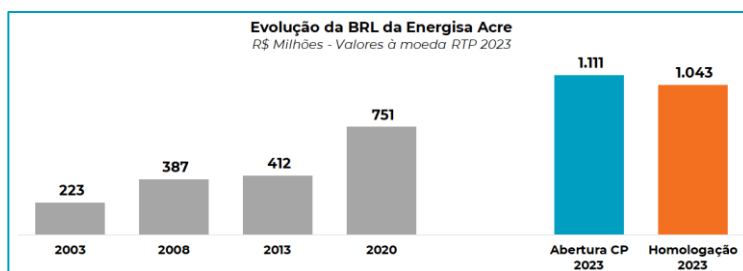
A composição dos investimentos no período foi a seguinte:

Descrição Valores em R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Ativo Elétrico	127,8	70,2	+ 82,0	389,4	381,2	+ 2,1
Obrigações Especiais ^(*)	1,1	35,5	- 96,8	85,7	65,7	+ 30,5
Ativo não Elétrico	3,0	3,3	- 7,7	10,0	9,6	+ 4,4
Total dos Investimentos	132,0	109,0	+ 21,1	485,1	456,5	+ 6,3

^(*) As “Obrigações Especiais” são recursos aportados pela União, Estados, Municípios e Consumidores para a concessão e não compõe a Base de Remuneração Regulatória da distribuidora.

8. Conclusão da revisão tarifária

No ano de 2023, foi homologada a revisão tarifária que resultou em R\$ 1.043 milhões de base de ativos da distribuidora, representando crescimento real de 39% real em relação a última base de ativos homologada em 2020, ou seja, crescimento anual maior que 13%. Ao todo foram investidos R\$ 1.188 milhões desde a última revisão tarifária.



9. Gestão de Pessoas, Saúde e Segurança

A Energisa Acre conta com um total de 1.223 colaboradores, divididos entre 649 empregados diretos e 574 parceiros contratados de terceiros. A empresa está comprometida com a constante evolução do ambiente de trabalho oferecido aos seus colaboradores, os quais são alvo de ações contínuas de capacitação, análise de desempenho e valorização.

O processo de avaliação de desempenho foi reformulado recentemente e passou a ser denominado Ciclo de Carreira e Desenvolvimento. Esse novo ciclo oferece um acompanhamento mais estruturado da performance, das entregas e do planejamento profissional de cada colaborador, proporcionando assim uma gestão mais eficaz e alinhada com os objetivos individuais e organizacionais.

Além disso, a Energisa tem como foco a saúde e integridade dos seus colaboradores, por meio da atuação preventiva e a gestão de um ambiente de trabalho saudável que abrange todos os níveis do Grupo. Para facilitar o acesso dos trabalhadores a serviços médicos e de saúde não relacionados ao trabalho, a Energisa integra todas as áreas da organização em conjunto com as lideranças, incentivando a participação nos programas de promoção da saúde.

Por isso, o Grupo implantou a iniciativa Viva Energia, que tem como objetivo o foco na saúde integrada dos colaboradores. Suas ações são voltadas à prevenção de doenças, ao estímulo a um estilo de vida saudável e ao acompanhamento das condições de saúde de todo o público interno, incluindo pacientes crônicos e grupos de risco. O atendimento é realizado por equipes multidisciplinares, compostas por médicos do trabalho, nutricionistas, profissionais de educação física, fisioterapeutas e psicólogos. Além destas ações, ele também oferece atenção especial às colaboradoras gestantes (e às dependentes dos colaboradores). Busca prevenir doenças ocupacionais e combater a transmissão de moléstias no ambiente de trabalho, proporcionando um ambiente seguro e saudável para nossas pessoas.

Também foi criado o programa Saúde Integral, com iniciativas focadas no bem-estar de colaboradores e dependentes. Este é a porta de entrada para que o beneficiário tenha apoio e atendimento 24 horas por dia e sete dias por semana em campos como social, psicológico, físico, jurídico, nutricional, previdenciário e financeiro. Para pacientes crônicos, como portadores de obesidades, doenças cardiovasculares, diabetes ou doenças respiratórias, há monitoramento ativo, com atendimento telefônico e orientações específicas.

10. Responsabilidade socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2023, a Energisa Acre destinou cerca de R\$ 0,5 milhão para ações de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras.

Eficiência energética

O projeto Nossa Energia é um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes e fluorescentes compactas por LED, substituição de refrigeradores obsoletos por equipamentos eficientes e realização de palestras sobre o uso racional da energia elétrica. A empresa investiu R\$ 2,0 milhões no ano de 2023.

Iniciativas socioculturais

A Energisa já definiu seus compromissos dos próximos anos pautados pela agenda de desenvolvimento sustentável da ONU, com objetivos já definidos. Um dos pilares desses compromissos é apoiar as manifestações culturais de sua área de atuação. Assim, a Companhia busca incentivar a produção cultural e a preservação da memória nas suas concessões, impulsionando a economia criativa, além de mobilizar projetos e parcerias para contribuir com o desenvolvimento sustentável dos biomas mais frágeis.

Iniciativas ambientais

A Energisa Acre, seguindo as políticas do Grupo Energisa, compromete-se com a gestão responsável do meio ambiente em que opera, promovendo o uso eficiente dos recursos naturais e buscando continuamente melhorar seu desempenho ambiental. Com uma equipe dedicada à gestão ambiental e ao licenciamento de projetos, a empresa baseia suas práticas em um sistema de gestão alinhado à norma ISO 14001.

A empresa enfrenta os impactos sociais e ambientais de suas atividades com o apoio de iniciativas e práticas que refletem seu compromisso e responsabilidade ambiental. As principais ações incluem:

Energia: Implementação do Projeto de Consumo Consciente visando expandir a economia de energia. Isso envolve campanhas voltadas aos colaboradores sobre o uso eficiente de energia, através de cartilhas e comunicação interna (intranet, adesivos, cartazes e proteção de tela para computadores). Estratégias de economia de energia incluem a regulação do uso de ar-condicionado, limitando sua operação e temperatura; desligamento da iluminação externa e de áreas comuns quando não em uso; instalação de sensores de movimento e a substituição por lâmpadas LED.

Mudanças Climáticas: Energisa se posiciona como líder na transformação energética visando a neutralidade de carbono até 2050. Isso será alcançado através do investimento em eficiência energética, desativação de usinas termelétricas, priorização de energias renováveis e medidas para a redução de emissões de gases de efeito estufa. O Projeto NetClima permite à empresa monitorar as condições climáticas em tempo real, antecipando-se às tempestades e preparando as equipes para atuação.

Emissões de Gases de Efeito Estufa: Em 2022, o Grupo Energisa publicou seu segundo inventário de gases de efeito estufa conforme a metodologia do GHG Protocol referente ao ano anterior, recebendo a certificação Selo Ouro do GHG Protocol após auditoria. Essa certificação é a mais alta concedida a empresas que demonstram total transparência na publicação de seus inventários de emissões. A interligação ao Sistema Integrado Nacional permitiu a desativação da UTE Colniza, a última usina a diesel em operação isolada, resultando na redução de cerca de 5.000 toneladas anuais de emissões de gases de efeito estufa.

A Administração.

Demonstrações financeiras

1 Balanço patrimonial ativo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	24.370	29.021
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	24.824	21.039
Consumidores e concessionárias	6	164.772	147.840
Estoques		11.539	13.582
Tributos a recuperar	7	86.672	143.442
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	32	6.426	28.363
Ativos financeiros setoriais	9	14.884	18.078
Outros créditos	10	95.279	119.999
Total do circulante		428.766	521.364
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Consumidores e concessionárias	6	50.708	62.360
Créditos tributários	12	264.206	264.955
Tributos a recuperar	7	113.917	65.319
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	32	63.464	40.287
Cauções e depósitos vinculados	23.1	10.036	11.580
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	131.469	48.246
Outros créditos	10	56.324	84.052
		690.124	576.799
Imobilizado	15	20.977	18.097
Intangível	16	909.409	687.215
Ativo de contrato - infraestrutura em construção	14	414.750	393.367
Total do não circulante		2.035.260	1.675.478
Total do ativo		2.464.026	2.196.842

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

2 Balanço patrimonial passivo

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	17	151.920	117.358
Encargos de dívidas	18	100.752	60.907
Empréstimos e financiamentos	18	259.988	276.131
Debêntures	19	7.712	210.179
Impostos e contribuições sociais	20	44.974	40.364
Participações de empregados e administradores		5.550	4.428
Encargos setoriais	22	16.234	11.721
Obrigações estimadas		6.986	7.330
Passivos financeiros setoriais	9	7.618	2.380
Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos	32	11.680	17.303
Contribuição de iluminação pública		1.561	1.004
Benefícios pós-emprego	33	7	12
Arrendamentos operacionais		27	228
Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	21	3.276	-
Outros passivos	24	16.171	17.691
Total do circulante		634.456	767.036
Não circulante			
Fornecedores	17	7.850	1.099
Empréstimos e financiamentos	18	377.066	493.027
Debêntures	19	420.465	250.436
Impostos e contribuições sociais	20	1.572	4.232
Encargos setoriais	22	4.001	2.086
Benefícios pós-emprego	33	29	68
Passivos financeiros setoriais	9	41.449	12.592
Débitos com partes relacionadas	11	-	106.452
Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal e regulatório	23	31.507	60.835
Arrendamentos operacionais		225	293
Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	21	-	26.383
Outros passivos	24	22.034	29.851
Total do não circulante		906.198	987.354
Patrimônio líquido			
Capital social	25.1	868.409	865.395
Reservas de capital	25.2	402.596	103.828
Prejuízos acumulados	30	(642.490)	(626.391)
Outros resultados abrangentes	25.3	(343)	(380)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11	295.200	100.000
Total do patrimônio líquido		923.372	442.452
Total do passivo e patrimônio líquido		2.464.026	2.196.842

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

3 Demonstração do resultado

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	26	1.136.950	1.007.801
Custo do serviço de energia elétrica	27	(427.081)	(366.832)
Custos de operação e dos serviços prestados a terceiros	27	(534.478)	(485.907)
Lucro bruto		175.391	155.062
Despesas gerais e administrativas	27	(74.927)	(74.389)
Outras Receitas	28	5.183	9.567
Outras despesas	28	(34.948)	(10.881)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		70.699	79.359
Receitas financeiras	29	69.157	72.229
Despesas financeiras	29	(163.948)	(191.081)
Despesas financeiras líquidas		(94.791)	(118.852)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(24.092)	(39.493)
Imposto de renda e contribuição social corrente	12	8.723	(13.660)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	(730)	97.405
(Prejuízo) lucro do exercício	30	(16.099)	44.252
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$	30	(0,03)	0,15

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

4 Demonstração do resultado abrangente

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023
(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Lucro do exercício	30	(16.099)	44.252
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes	25.3	37	(53)
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos		(16.062)	44.199

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

5 Demonstração das mutações do patrimônio líquido

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

Nota	Capital Social	Reservas de capital		Lucros (Prejuízos) acumulados	Outros resultados abrangentes	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
		Outras reservas	ILP				
Saldos em 01 de janeiro de 2021 - (reapresentado)	863.943	(42.385)	808	(670.643)	(327)	-	151.396
Aumento de capital conforme RCA 26/01/2022	1.452	143.734	-	-	-	-	145.186
Programa de remuneração variável (ILP) 25.2	-	-	243	-	-	-	243
Reserva de incentivo fiscal - reinvestimento	-	1.428	-	-	-	-	1.428
Lucro líquido do exercício 30	-	-	-	44.252	-	-	44.252
Outros resultados abrangentes, líquido de tributos 25.3	-	-	-	-	(53)	-	(53)
Adiantamento para futuro aumento de capital 11	-	-	-	-	-	100.000	100.000
Saldos em 31 de dezembro de 2022	865.395	102.777	1.051	(626.391)	(380)	100.000	442.452
Aumento de capital conforme RCA 22/03/2023	3.014	298.365	-	-	-	(192.355)	109.024
Programa de remuneração variável (ILP) 25.2	-	-	403	-	-	-	403
Incentivo fiscal-reinvestimento	-	-	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício 30	-	-	-	(16.099)	-	-	(16.099)
Adiantamento para futuro aumento de capital 11	-	-	-	-	-	387.555	387.555
Outros resultados abrangentes, líquido de tributos 25.3	-	-	-	-	37	-	37
Saldos em 31 de dezembro de 2023	868.409	401.142	1.454	(642.490)	(343)	295.200	923.372

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

6 Demonstração do valor adicionado

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de vendas de energia elétrica e serviços	26	1.091.274	961.235
Outras receitas	28	5.183	8.569
Receitas relativas a construção de ativos próprios	26	381.787	359.163
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	27	(10.799)	(14.857)
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Custo da energia elétrica vendida e encargo de uso do sistema		(470.201)	(403.793)
Materiais e serviços de terceiros		(110.841)	(76.063)
Outros custos operacionais		(406.399)	(373.170)
		(987.441)	(853.026)
Valor adicionado bruto		480.004	461.084
Amortização e depreciação	27	(59.502)	(40.084)
Valor adicionado líquido		420.502	421.000
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	29	72.609	75.670
Valor adicionado total a distribuir		493.111	496.670
Distribuição do valor adicionado:			
Pessoal			
Remuneração direta		23.197	34.764
Benefícios		18.200	15.611
FGTS		3.573	3.322
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		48.314	(34.202)
Estaduais		170.029	168.823
Municipais		389	288
Encargos setoriais		76.785	69.337
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	29	167.794	193.573
Aluguéis		929	902
Remuneração de capitais próprios			
Prejuízos Acumulados		(16.099)	-
Absorção de prejuízo acumulado		-	44.252
		493.111	496.670

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

7 Demonstração dos fluxos de caixa

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	30	(16.099)	44.252
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	12	(7.993)	(83.745)
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas		109.812	85.701
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	4.341	(2.380)
Amortização e depreciação	27	59.502	40.084
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	27	10.799	14.857
Reversão para riscos trabalhista, cível, fiscais e regulatória	27	(15.677)	(14.280)
Marcação a mercado da dívida	29	18.909	(8.079)
Marcação a mercado de derivativos	29	(22.119)	7.966
Instrumentos financeiros derivativos	29	15.724	61.797
Perda (Ganho) na alienação de bens do imobilizado e do intangível	28	10.580	(4.548)
Programa de remuneração variável - ILP	11	403	383
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Aumento (diminuição) de consumidores e concessionárias		(15.582)	8.407
Diminuição de estoques		2.043	1.527
(Aumento) de tributos a recuperar		(15.522)	(34.278)
Diminuição (aumento) de cauções e depósitos vinculados		1.544	(2.105)
Diminuição de outros créditos		41.341	40.059
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Aumento (diminuição) de fornecedores		4.725	(16.740)
Aumento (diminuição) de impostos e contribuições sociais		59.332	(6.291)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.737)	-
(Diminuição) aumento de obrigações estimadas		(344)	2.062
Aumento de encargos setoriais		6.423	1.631
Variação dos ativos e passivos setoriais	9	16.959	41.034
Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	23	(9.225)	(9.100)
(Diminuição) de outras contas a pagar		(7.658)	(20.841)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		249.481	147.373
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados		6.176	146.322
Aplicações no ativo contratual - Infraestrutura em construção, imobilizado e intangível	14,15 e 16	(362.819)	(369.735)
Alienação de bens do imobilizado e intangível	14,15 e 16	1.406	2.769
Caixa líquido (consumido) gerado nas atividades de investimentos		(355.237)	(220.644)
Atividades de financiamento			
Novos empréstimos, financiamentos e debêntures	18 e 19	276.837	85.915
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	18 e 19	(473.669)	(170.782)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	18 e 19	(85.974)	(69.535)
Partes relacionadas		(144)	96.144
Pagamento por liquidação de instrumentos financeiros derivativos		(3.108)	630
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil		(392)	(575)
Adiantamento para futuro aumento de capital		295.200	100.000
Aumento de capital com subscrição de ações		92.355	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		101.105	41.797
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa		(4.651)	(31.474)
Caixa e equivalentes de caixa iniciais	5.1	29.021	60.495
Caixa e equivalentes de caixa finais	5.1	24.370	29.021
Varição líquida do caixa e equivalentes de caixa		(4.651)	(31.474)

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras.

8 Balanço social

(Em milhares de reais)						
2023			2022			
1 - Base de Cálculo						
Receita líquida (RL)			1.136.950			1.007.801
Resultado operacional (RO)			(24.092)			(39.493)
Folha de pagamento bruta (FPB)			61.880			61.781
2 - Indicadores Sociais Internos						
	Valor	% sobre FPB	% sobre RL	Valor	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	12.972	20,96%	1,14%	11.705	18,95%	1,16%
Encargos sociais compulsórios	8.619	13,93%	0,76%	7.811	12,64%	0,78%
Previdência privada	1.342	2,17%	0,12%	957	1,55%	0,09%
Saúde	3.831	6,19%	0,34%	2.670	4,32%	0,26%
Segurança e saúde no trabalho	1.996	3,23%	0,18%	3.480	5,63%	0,35%
Educação	-	0,00%	0,00%	54	0,09%	0,01%
Capacitação e desenvolvimento profissional	643	1,04%	0,06%	659	1,07%	0,07%
Creches ou auxílio-creche	599	0,97%	0,05%	523	0,85%	0,05%
Participação nos lucros ou resultados	5.149	8,32%	0,45%	8.769	14,19%	0,87%
Outros	2.091	3,38%	0,18%	573	0,93%	0,06%
Total - Indicadores sociais internos	37.242	60,18%	3,28%	37.200	60,21%	3,69%
3 - Indicadores Sociais Externos						
	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Educação	100	-0,29%	0,01%	79	-0,20%	0,01%
Cultura	315	-0,91%	0,03%	316	-0,80%	0,03%
Outros	104	-0,30%	0,01%	538	-1,36%	0,05%
Total das contribuições para a sociedade	519	-1,50%	0,05%	933	-2,36%	0,09%
Tributos (excluídos encargos sociais)	280.421	-813,00%	24,66%	112.158	-283,99%	11,13%
Total - Indicadores sociais externos	280.940	-814,51%	24,71%	113.092	-286,36%	11,22%
4 - Indicadores Ambientais						
	Valor	% sobre RO	% sobre RL	Valor	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	29.965	-86,88%	2,64%	18.296	-46,33%	1,82%
Investimentos em programas e/ou projetos externos	-	0,00%	0,00%	87	-0,22%	0,01%
Total dos investimentos em meio ambiente	29.965	-86,88%	2,64%	18.383	-46,55%	1,82%
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	() não possui metas () cumpre de 51 a 75%		() não possui metas () cumpre de 51 a 75%		() cumpre de 0 a 50% () cumpre de 76 a 100%	
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
	2023			2022		
Nº de empregados(as) ao final do período	649			635		
Nº de admissões durante o período	85			82		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	574			408		
Nº de estagiários(as)	21			27		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	30			37		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	85			87		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	16,10%			13,79%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	507			494		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	58,10%			62,10%		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	13			12		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial						
	2023			Metas 2024		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	38,66			38,66		
Número total de acidentes de trabalho	3			5		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	(X) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT	() não se envolverá	(X) seguirá as normas da OIT	() incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	(X) direção	(X) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos	() não serão considerados	() serão sugeridos	(X) serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará	() não se envolverá	(X) apoiará	() organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 115.821	no Procon 699	na Justiça 1.502	na empresa 115.821	no Procon 690	na Justiça 1.642
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 89,51%	no Procon 100%	na Justiça 41%	na empresa 98,7%	no Procon 100%	na Justiça 46%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2023:		493.111	Em 2022:		496.670
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	60% governo	9 % colaboradores(as)		41% governo	11 % colaboradores(as)	
	0%acionistas	45% terceiros	-4% retido	0%acionistas	39% terceiros	9% retido
7 - Outras Informações						
7) Investimentos sociais						
7.1 - Programa Luz para Todos						
7.1.1 - Investimento da União			-			-
7.1.1.1 - Investimento da União			85.363			108.976
7.1.2 - Investimento do Estado			-			-
7.1.3 - Investimento do Município			-			-
7.1.4 - Investimento da Concessionária			9.485			12.108
Total - Programa Luz para Todos (7.1.1 a 7.1.4)			94.848			121.084
7.2 - Programa de eficiência Energética			2.003			3.876
7.3 - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento			17			86
Total dos investimentos sociais (7.1 a 7.3)			96.868			125.046

Energisa Acre - Distribuidora de Energia S. A **Notas explicativas às demonstrações financeiras para o** **exercício findo em 31 de dezembro de 2023** (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A (“Companhia” ou “EAC”), é uma sociedade por ações de capital fechado. A Companhia atua como concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Energisa S.A. e possui sede na cidade de Rio Branco, Estado do Acre. Sua área de concessão abrange os 22 municípios no Estado do Acre, atendendo a 291.760 consumidores.

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 7 de dezembro de 2018, foi assinado o contrato de concessão nº 003/2018 com vencimento em 6 de dezembro de 2048. Com o novo aditivo que prorrogou o prazo de concessão até 2048, o direito de imobilização a receber registrado pela Companhia como ativo financeiro indenizável da concessão até a assinatura do referido aditivo, foi transferido para o ativo intangível para ser amortizado ao longo da vida útil limitado ao novo prazo de concessão.

O contrato de concessão mencionado contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

- I. Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
- II. Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;
- III. Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;
- IV. Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;
- V. Implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;
- VI. Cumprir metas de universalização do serviço de distribuição de energia elétrica, conforme regulamentação da ANEEL;
- VII. As revisões tarifárias ordinárias obedecerão ao seguinte cronograma: a primeira revisão será procedida em 12/12/2023 e as subsequentes serão realizadas a cada 4 (quatro) anos a partir desta data;
- VIII. A Companhia deverá quitar os empréstimos junto ao Fundo da RGR previstos pela Portaria MME nº 388, de 26 de julho de 2016, nº 442, de 23 de agosto de 2016 e nº 122, de 4 de abril de 2018, corrigidos conforme art. 4º, - 5º, da Lei nº 5.655, de 20 de maio de 1971. Os pagamentos deverão ser realizados, mensalmente, entre

o mês subsequente ao mês da primeira revisão tarifária ordinária e o prazo final deste contrato, em parcelas iguais;

- IX. A Companhia fará jus ao reconhecimento tarifário de 79% do saldo devedor dos empréstimos a pagar, captados até a data-base estabelecida no Edital da Licitação, conforme definição do processo licitatório da concessão de distribuição de energia elétrica associada à transferência de controle da pessoa jurídica prestadora do serviço, realizada nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783/2013 e seus regulamentos, fazendo jus ao reconhecimento tarifário integral do saldo devedor dos empréstimos a pagar, captados após a data-base estabelecida no Edital da Licitação;
- X. Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e
- XI. Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente - Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual - infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura, estão apresentados nas notas explicativas nº 8, 9, 13, 14, e 26, respectivamente.

1.2 Capital circulante líquido negativo

A Companhia apresentou em 31 de dezembro de 2023 capital circulante líquido negativo no montante de R\$205.260 (R\$245.672 negativo em 2022).

A Administração, vem implementando ações objetivando reduzir custos operacionais, principalmente, o de combate a perdas de energia, redução da inadimplência, manutenções e investimentos necessários nas linhas, redes e subestações, de forma a melhorar o desempenho econômico e financeiro da Companhia. Considera também, que para manter o ritmo de melhorias e a evolução econômica, as necessidades de caixa que se fizer necessária para cumprir os compromissos assumidos pela Companhia, serão garantidos pela controladora Energisa S/A.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 12 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base das demonstrações financeiras. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 32.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa;
- II. Nota explicativa nº 9 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- III. Nota explicativa nº 12 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- IV. Nota explicativa nº 13 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
- V. Nota explicativa nº 15 - Imobilizado;
- VI. Nota explicativa nº 16 - Intangível;
- VII. Nota explicativa nº 23 - Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal e regulatório;
- VIII. Nota explicativa nº 27 - Custos e despesas operacionais;
- IX. Nota explicativa nº 32 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
- X. Nota explicativa nº 33 - Benefícios pós emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Principais políticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. **Instrumentos financeiros e operações de hedge**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial, depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido, por regulamento ou convenção no mercado, são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida, a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira por refletir melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas, que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período, e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais, de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - nota explicativa nº 32.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de créditos esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de créditos esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de créditos esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas são provisionadas para perdas de créditos resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perdas de créditos esperadas de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de fornecimento de energia elétrica a Companhia realiza duas sensibilidades: (i) análise retrospectiva com base no envelhecimento da carteira de clientes por classe de consumo; e, (ii) análise prospectiva por meio da aplicação de índice de perdas com base em sua experiência histórica de perdas de créditos, por classe, que são aplicados aos saldos não alcançados pela análise retrospectiva.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em *Swap*, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designados em uma contabilidade de *hedge* de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*:

A Companhia designa certos instrumentos de *hedge* relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como *hedge* de valor justo. No início da operação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*. A nota explicativa nº 32, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de *hedge* (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*). Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “*hedge*”;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica;
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os *hedges* que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de *hedge* são registrados conforme descrito abaixo:

Hedges de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de *hedge* é reconhecida na demonstração do resultado como despesas financeiras. A mudança no valor justo do item objeto de *hedge* atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido, e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outras despesas.

Para *hedges* de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do *hedge*, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de *hedge* for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido, é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

- c. **Consumidores e concessionárias** - inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

A Provisão para Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PPECLD) é constituída utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração;

- d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;
- e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** - referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;
- f. **Ativo financeiro indenizável da concessão** - corresponde ao contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder Concedente e a Companhia. No qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que à parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público, que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente, mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados, até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR - Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para

determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras de energia elétrica, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 - Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 13;

- g. **Ativo contratual - Infraestrutura em construção** - é o direito contratual das distribuidoras de energia elétrica de cobrarem pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos, ou receber caixa ou outro ativo financeiro, relacionada às obras em construção para atendimento as demandas de expansão e melhoria de sua área de concessão. Quanto da entrada em operação, os ativos são transferidos para o Intangível - contrato de concessão na proporção equivalente ao que será remunerado via tarifa pelo tempo do contrato de concessão, ou para um Ativo financeiro indenizável da concessão pelo valor residual dos ativos não amortizados que serão revertidos ao Poder Concedente, mediante indenização ao final da concessão, quando aplicável;
- h. **Imobilizado** - itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

- i. **Intangível** - compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares.

Os softwares são ativos adquiridos de terceiros ou gerados internamente, mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização pelo prazo de cinco anos.

Os ativos intangíveis relacionados aos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica são registrados à medida que o concessionário recebe o direito (autorização) de cobrar dos usuários dos serviços públicos pelos serviços prestados, ou seja, o direito de explorar a infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, e de cobrar, via tarifa, o serviço público prestado. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

- j. **Arrendamentos** - os contratos são avaliados, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- *Intangível direito de uso*: são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- *Passivo de arrendamento*: são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

- k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

- l. **Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa - UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

. **Ativos intangíveis**: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. **Avaliação do valor em uso:** as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

- (i) **Receitas** - são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** - são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** - são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas, que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2023 e 2022, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

- m. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de *Swap* são reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;
- n. **Derivativos** - a Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 32;
- o. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 2023, não há incertezas quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

- p. **Incentivos fiscais SUDAM e de reinvestimentos** - como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados a Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização. (Nota explicativa nº12);

- q. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- r. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;
- s. **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes, de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15/CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionária (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização - CVA ativa e passiva, e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica, conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD), são registradas pela competência da prestação do serviço, e tem como origem a utilização das redes de distribuição da Companhia por outras concessionárias e consumidores livres.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE, estão reconhecidos pelo regime de competência, de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes, é reconhecida no resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

As receitas com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido, somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado do exercício em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, bem como outros descontos tarifários;

- t. **Benefícios pós emprego** - a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários na modalidade de contribuição definida e assistência Médico-Hospitalar. No Plano de Previdência na modalidade Contribuição Definida, Plano CD, a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médico-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei nº 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido;

- u. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- v. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar as demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

- (i) **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com <i>covenants</i>	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “ <i>Sale and leaseback</i> ”	1º de janeiro de 2024

- (ii) **Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para

decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, em 22 municípios do Estado do Acre, e a sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 95,0% do CDI (93,0% em 2022).

Descrição	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	17.557	16.303
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações compromissadas	6.813	12.718
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante ⁽¹⁾	24.370	29.021

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: fundos de renda fixa, notas do tesouro nacional, CDBs, CCB, LFT, compromissadas, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 equivale a 84,4% do CDI (80,9% do CDI em 2022).

Descrição	2023	2022
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Fundos de Investimentos ⁽¹⁾	3.367	3.477
Fundos de Investimentos Exclusivos ⁽²⁾		
Certificados de Depósito Bancário (CDBs)	10	-
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	7	2
Compromissadas	162	21
Fundo Multimercado	2	100
Fundo de Renda Fixa	21.042	17.106
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	73	5
Letra Financeira (LFNP)	-	8
Letra Financeira (LF)	117	164
Nota de Crédito (NC)	3	-
Letra Financeira (LFS)	1	-
Letra Financeira do Tesouro Nacional (LTN)	-	12
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	39	127
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	1	17
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados - circulante ⁽³⁾	24.824	21.039

⁽¹⁾ Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de -25,5% a 91,7% (31,4% a 91,6% em 2022) e média ponderada -23,2% do CDI (29,2% do CDI em 2022);

⁽²⁾ Fundos de Investimentos Exclusivos - inclui aplicações em CDBs, CCB, Compromissadas, Fundo Multimercado, Fundo de Renda Fixa, LFT, LFNP, LF, NC, LFS, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 103,5% (108,1% em 2022) do CDI Fundo BTG Zona da Mata, 85,1% (101,2% em 2022) do CDI Fundo MAG Zona da Mata, 98,6% (102,6% em 2022) do CDI Fundo Zona da Mata, (98,1% em 2022) do CDI Fundo Cataguases e 101,6% (102,9% em 2022) do CDI Fundo BB Energia;

(3) Inclui em 2023 R\$19.779 (R\$16.607 em 2022) referente a recursos vinculados ao Programa Luz para todos e outros, é como segue:

	2023	2022
Programa Luz para todos	19.779	16.606
Outros	-	1
Total	19.779	16.607

6. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia elétrica não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer			Saldos vencidos			PPECLD (3)	Total	
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2023	2022
Valores correntes:									
Residencial	28.325	-	23.058	6.626	9.774	63.081	(81.261)	49.603	38.858
Industrial	1.214	-	540	85	53	1.067	(1.068)	1.891	2.491
Comercial	12.224	-	4.371	442	768	6.991	(7.834)	16.962	14.558
Rural	1.701	-	2.360	950	1.361	8.205	(8.230)	6.347	6.026
Poder público	9.027	-	462	15	86	961	(1.008)	9.543	7.693
Iluminação pública	2.104	-	66	-	-	609	(610)	2.169	2.000
Serviço público	2.818	-	7	-	-	7	(7)	2.825	2.314
Fornecimento não faturado	40.166	-	-	-	-	-	(886)	39.280	40.781
(-) Arrecadação em processo de classificação	(1.738)	-	-	-	-	-	-	(1.738)	(129)
Valores renegociados:									
Residencial	4.996	48.155	2.988	1.808	2.781	9.648	(28.799)	41.577	32.099
Industrial	969	2.866	761	59	57	987	(1.508)	4.191	1.671
Comercial	945	6.948	421	212	455	3.221	(5.839)	6.363	6.197
Rural	501	4.323	401	193	287	1.243	(3.056)	3.892	2.527
Poder público	4.230	25.687	157	55	103	327	(371)	30.188	29.072
Iluminação pública	485	1.008	6	-	-	-	-	1.499	3.448
Serviço público	353	2.629	3	-	-	-	-	2.985	4.742
(-) Ajuste a Valor Presente ⁽¹⁾	(243)	(25.973)	-	-	-	-	-	(26.216)	(26.713)
Subtotal - consumidores	108.077	65.643	35.601	10.445	15.725	96.347	(140.477)	191.361	167.635
Suprimento de energia ⁽²⁾	9.227	-	-	-	-	-	-	9.227	9.955
Outros ⁽⁴⁾	4.869	-	-	-	-	11.076	(1.053)	14.892	32.610
Total	122.173	65.643	35.601	10.445	15.725	107.423	(141.530)	215.480	210.200
Circulante								164.772	147.840
Não Circulante								50.708	62.360

(1) **Ajuste a valor presente** - calculado para todos os contratos renegociados de dívida. Para o desconto a valor presente foi utilizado taxa de mercado;

(2) **Suprimento de energia** - inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

Composição do saldo da CCEE	2023	2022
Créditos a vencer	9.227	9.955
Subtotal créditos CCEE	9.227	9.955
(-) Aquisições de energia na CCEE	(833)	(1.960)
(-) Encargos de serviços de sistema - ESS	(1.623)	(68)
Total créditos CCEE	6.771	7.927

- (3) **Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PPECLD)** - a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da Administração;

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

Movimentação das provisões	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	125.287	104.201
Provisões constituídas no exercício	10.799	14.857
Recuperação de contas de energia elétrica - incobráveis	5.444	6.229
Saldo em 2023 e 2022- circulante	141.530	125.287

- (4) **Outros** - inclui serviços taxados e outros valores a receber de consumidores, o qual a Companhia tem como expectativa do recebimento em fluxos de caixas futuros, que ultrapassam o seu ciclo operacional de recebimento de doze meses, sendo assim reconhecido como um ativo não circulante, e ICMS Geração Distribuída que corresponde à parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD) no valor de R\$1.264 (R\$1.264 em 2022). A realização do ativo se dará pela cobrança dos valores a serem efetuados junto aos consumidores, por meio das faturas de energia elétrica.

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	50.611	48.177
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	92.711	71.124
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL	32.226	22.579
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS ⁽¹⁾	9.010	47.172
Contribuições ao PIS e à COFINS	7.001	10.239
Outros	9.030	9.470
Total	200.589	208.761
Circulante	86.672	143.442
Não circulante	113.917	65.319

- (1) Em 13 de maio de 2021, o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de que o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nos documentos fiscais, o que proporcionou o reconhecimento contábil dos créditos na ordem de R\$9.010 (R\$47.172 em 2022), oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 06 de dezembro de 2021. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que resultou em R\$3.433 (R\$5.723 em 2022), contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia ingressou com pedido de compensação em 04 de fevereiro de 2022. Em 18 de maio de 2021, a Receita Federal do Brasil - RFB deferiu o pedido de habilitação dos referidos créditos de PIS/Pasep e COFINS, oriundos da ação judicial transitada em julgado em favor da Companhia, que optou por recuperar os créditos tributários por meio de compensação dos saldos a receber com os valores dos débitos a recolher, iniciadas em maio de 2021 o que ocorrerá dentro do prazo prescricional de 5 anos. As compensações realizadas no exercício foram de R\$41.595.

8. Reajuste, revisão tarifária e outros assuntos regulatórios

Conforme Contrato de Concessão, a receita da concessionária é dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital).

Como mecanismos de atualização da tarifa a ser aplicada aos consumidores tem-se o Reajuste Tarifário Anual (RTA) e a Revisão Tarifária Periódica (RTP). Ambos previstos no contrato de concessão.

A Concessionária também pode solicitar uma Revisão Tarifária Extraordinária (RTE) sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

8.1 Reajuste Tarifário Anual

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual. O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

8.2 Revisão Tarifária Periódica

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos. Nesse processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 3.300, de 12 de dezembro de 2023, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 13 de dezembro de 2023, cujo impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi de 14,52%.

8.3 Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional - SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia - TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2; e
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo:

Bandeira	Anterior R\$/kWh	R\$/kWh REH nº 2.888/2021 ⁽¹⁾	R\$/kWh Resolução nº 03/2021 ⁽²⁾	Atual R\$/kWh REH 3.051/2022 ⁽³⁾
Verde	-	-	-	-
Amarela	1,34	1,87	-	2,99
Vermelha 1	4,17	3,97	-	6,50
Vermelha 2	6,24	9,49	-	9,80
Escassez Hídrica	-	-	14,20	-

⁽¹⁾ A ANEEL aprovou, em 29 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de junho de 2022;

⁽²⁾ A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, em 31 de agosto de 2021, por meio da Resolução nº 3, a implementação da Bandeira de Escassez Hídrica de novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021 até 30 de abril de 2022;

⁽³⁾ A ANEEL aprovou, em 21 de junho de 2022, por meio da Resolução Homologatória nº 3.051, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2022.

As bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

	2023	2022
Janeiro	Verde	Escassez Hídrica
Fevereiro	Verde	Escassez Hídrica
Março	Verde	Escassez Hídrica
Abril	Verde	Escassez Hídrica/Verde
Maio	Verde	Verde

	2023	2022
Junho	Verde	Verde
Julho	Verde	Verde
Agosto	Verde	Verde
Setembro	Verde	Verde
Outubro	Verde	Verde
Novembro	Verde	Verde
Dezembro	Verde	Verde

8.4 Outros assuntos regulatórios

Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade.

Diante desse cenário, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras, sendo os montantes involuntários estabelecidos como segue:

- 2016 e 2017: Despacho nº 2.168/2022;
- 2018: Despacho nº 4.395/2023.

Os resultados relativos à 2016-2018 estão sendo reconhecidos nos últimos eventos tarifários, enquanto os demais exercícios (2019-2023) estão contabilizados considerando as melhores estimativas, dada a metodologia vigente, proporcionando um saldo de R\$7.578 (R\$48.272 em 2022).

Foram contabilizados no exercício de 2023 um montante negativo de R\$ 40.778, relativos majoritariamente ao resultado do ano, além de R\$ 84 de atualização financeira positiva de períodos anteriores.

Geração Distribuída

Diante de posicionamentos recentes do regulador, por meio de notas técnicas, referente a neutralidade dos efeitos dos sistemas de geração distribuída (GD) no mecanismo tarifário das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a Administração do Grupo Energisa conclui que ainda há incertezas relevantes quanto ao reconhecimento e mensuração dos créditos de energia injetada pelos consumidores nas redes de distribuição do Grupo, originados pelos sistemas de geração distribuída, frente ao tratamento regulatório aplicável para mensuração da reversão destes créditos à modicidade tarifária após o período de 60 meses sem compensação. Neste contexto, a Administração concluiu que nenhuma obrigação deve ser reconhecida nesse momento, até que tais incertezas sejam esclarecidas.

9. Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados para Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida na receita operacional.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros regulatórios serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativo e passivo financeiro setorial, conforme demonstrado a seguir:

Ativos e Passivos financeiros setoriais	2023			2022		
	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Total
Ativos Financeiros Setoriais						
Circulante	14.884	-	14.884	18.078	-	18.078
	14.884	-	14.884	18.078	-	18.078
Passivos Financeiros Setoriais						
Circulante	5.384	2.234	7.618	2.799	(419)	2.380
Não Circulante	-	41.449	41.449	-	12.592	12.592
	5.384	43.683	49.067	2.799	12.173	14.972
Saldo líquido dos ativos e passivos	9.500	(43.683)	(34.183)	15.279	(12.173)	3.106

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2022	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/Pagamentos		Saldos em 2023
		Adição	Amortização			Bandeiras Tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(17.486)	287	19.205	244	-	-	-	2.250
Transporte de energia elétrica - Rede básica	7.277	2.894	(5.483)	554	-	-	-	5.242
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	4.465	(1.469)	(4.384)	(104)	-	-	-	(1.492)
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	(4.769)	8.234	5.699	327	-	(5.129)	-	4.362
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13.066	4.627	(12.903)	369	-	-	-	5.159
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	(28)	28	-	-	-	-	-	-
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(561)	(4.394)	265	(523)	-	-	-	(5.213)
Sobrecontratação de energia	40.150	15.318	(45.695)	4.517	-	(12.958)	-	1.332
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(3.194)	(3.475)	2.979	(63)	-	-	-	(3.753)
Exposição de submercados	(56)	(76)	53	(5)	-	-	-	(84)
Garantias financeiras	62	98	(51)	8	-	-	-	117
Saldo a compensar	(374)	(958)	340	(48)	-	-	-	(1.040)
Outros itens financeiros ⁽³⁾	(35.446)	(17.750)	39.806	109	(25.715)	-	(2.067)	(41.063)
Saldo líquido dos ativos e passivos	3.106	3.364	(169)	5.385	(25.715)	(18.087)	(2.067)	(34.183)

Ativos e Passivos financeiros setoriais	Saldos em 2021	Receita Operacional		Remuneração	Crédito Pis/Cofins	Recebimentos/pagamentos		Saldos em 2022
		Adição	Amortização			Bandeiras tarifárias ⁽¹⁾	Outros ⁽³⁾	
Itens da Parcela A								
Energia elétrica comprada para revenda	(9.984)	5.026	(12.283)	(19)	-	(226)	-	(17.486)
Transporte de energia elétrica - Rede básica	5.249	6.928	(5.137)	237	-	-	-	7.277
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia - PROINFA	1.615	4.400	(1.856)	306	-	-	-	4.465
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	45.529	(33.176)	(17.172)	732	-	(682)	-	(4.769)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	2.563	12.232	(2.557)	828	-	-	-	13.066
Bandeiras Tarifárias CCRBT ⁽¹⁾	-	(28)	-	-	-	-	-	(28)
Componentes financeiros								
Neutralidade da Parcela A	(1.101)	(228)	724	44	-	-	-	(561)
Sobrecontratação de energia	25.287	5.725	(3.645)	12.783	-	-	-	40.150
Devoluções Tarifárias ⁽²⁾	(2.879)	(3.017)	2.762	(60)	-	-	-	(3.194)
Exposição de submercados	6.267	(53)	(6.267)	(3)	-	-	-	(56)
Garantias financeiras	-	61	(2)	3	-	-	-	62
Saldo a compensar	(725)	207	144	-	-	-	-	(374)
Outros itens financeiros ⁽³⁾	1.628	50.377	26.309	-	(44.161)	-	(69.599)	(35.446)
Saldo líquido dos ativos e passivos	73.449	48.454	(18.980)	14.851	(44.161)	(908)	(69.599)	3.106

- (1) **Bandeiras tarifárias CCRBT** - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL. Os valores recebidos pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício de 2023, Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT, tem o montante de R\$18.087 (R\$908 em 2022);
- (2) **Devoluções Tarifárias** - referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas mensalmente e atualizadas com aplicação da variação da SELIC. Estes valores serão reconhecidos e amortizados no próximo processo tarifário da distribuidora;
- (3) **Outros itens financeiros** - consideram-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, os principais itens que compõe o saldo, são como segue:

Empréstimo Conta Escassez Hídrica - a ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 1.008, de 15 de março de 2022, estabeleceu os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, destinada a receber recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais decorrentes da situação de escassez hídrica para as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica, e os diferimentos de que trata o § 1º - I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e regular a utilização do encargo tarifário da CDE, para fins de pagamentos e recebimentos de valores.

Os recursos serão utilizados para cobertura dos custos, total ou parcialmente, por repasses da Conta Escassez Hídrica, dos seguintes itens: (i) custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG; (ii) custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, e (iii) diferimentos de que trata o § 1º - I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

A Conta Escassez Hídrica será vinculada a CDE, sob gestão da CCEE. A liquidação da operação financeira se dará mediante arrecadação via tarifa a ser realizada em quotas mensais a serem definidas nos eventos tarifários futuros.

A Companhia, protocolizou em 28 de março de 2022, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da CONTA-ESCASSEZ HIDRICA no valor máximo de R\$52.452, dos quais R\$2.333 correspondem custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021, R\$4.505 de ressarcimento dos custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica de que trata a Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021, da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG, e R\$45.614 destinados aos diferimentos de que trata o § 1º - I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O valor foi recebido em 09 de maio de 2022;

Valores dos recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE - referem-se a valores aportados pela Eletrobras ou por suas subsidiárias, nos termos da Resolução CNPE nº 15, de 2021, a serem repassados às concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, nas contas correntes vinculadas ao repasse de Modicidade Tarifária da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE. O montante recebido em 2023 foi de R\$2.067 (17.147 em 2022);

Créditos de PIS e COFINS - conforme Lei nº 14.385/2022, que disciplinou a devolução dos valores relacionados à retirada do ICMS da base do PIS/COFINS, a ANEEL reconheceu nos processos tarifários os valores a serem revertidos aos consumidores, e estão sendo reconhecidos mensalmente 1/12 no resultado do exercício;

Valores reconhecidos nos processos tarifários	
2023	2022
RTP	RTA
2.139	67.737

Spread da Conta Escassez Hídrica - no processo tarifário de 2023 da Distribuidora Energisa Acre, houve o reconhecimento financeiro do Spread da Conta Escassez Hídrica, calculado conforme estipulado no art. 12 da Resolução Normativa nº 1.008/2022 - ANEEL. O cálculo resultou em um valor de R\$5.364.

10. Outros créditos

	2023	2022
Subvenção - Baixa Renda ⁽¹⁾	5.067	3.967
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	10.248	8.796
Ordens de serviço em curso - outros	2.952	4.825
Adiantamentos a empregados	1.159	1.569
Adiantamentos a fornecedores	20	2.655
Subvenção CDE - Desconto Tarifário ⁽²⁾	3.011	(251)
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	110	91
CCC Custo Total de Geração - Lei nº 12.111/2009 ⁽³⁾	45.669	50.853
CCC - ICMS a receber ⁽³⁾	55.817	55.817
Créditos a receber de terceiros - Alienação de bens e direitos	2.158	5.706

	2023	2022
Depósitos para reinvestimento - Incentivos fiscais	2.656	2.350
Indenização à Concessão - Sobras físicas ⁽⁴⁾	3.891	19.196
Indenização à Concessão - AIC ⁽⁵⁾	75	34.497
Despesas pagas antecipadamente	6.365	5.692
Créditos Eletrobras	2.220	2.220
Fundos patronais dos planos de previdência	708	919
Outros	9.477	5.150
Total	151.603	204.051
Circulante	95.279	119.999
Não circulante	56.324	84.052

⁽¹⁾ **Subvenção - Baixa Renda** - refere-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2023, com estimativas de recebimentos para o próximo trimestre, após validação da ANEEL. A Administração não espera apurar perdas em sua realização;

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	3.967	11.435
Subvenção - Baixa Renda	29.403	21.491
Ressarcimento realizado pela CCEE	(28.303)	(28.959)
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	5.067	3.967

⁽²⁾ **Subvenção CDE - Desconto Tarifário**: refere-se às subvenções da CDE para custear os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, tais como: Carga Fonte Incentivada; Geração Fonte Incentivada; Água, Esgoto e Saneamento; Rural; Irrigante/Aquicultor; e SCEE. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com os repasses do benefício aos consumidores em contrapartida a demonstração do resultado do exercício - receita operacional, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE, são realizados na forma de duodécimos mensais, homologados nos ciclos tarifários. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais;

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	(251)	1.767
Desconto tarifário subvenção Irrigante e Rural	11.237	10.450
Ressarcimento realizado pela CCEE	(7.975)	(12.468)
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	3.011	(251)

⁽³⁾ **CCC Custo Total de Geração - Lei nº 12.111/2009** - refere-se à parcela subsidiada pelo fundo CCC/CDE do custo total de geração nos sistemas isolados da Companhia;

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - circulante	106.670	97.839
Adições	420.074	503.144
Baixas	(425.258)	(494.313)
Saldo em 2023 e 2022 - circulante	101.486	106.670
Circulante	45.669	50.853
Não circulante	55.817	55.817

⁽⁴⁾ **Indenização à Concessão - Sobras físicas** - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizado pela Portaria nº 438, de 04 de dezembro de 2020, do Gabinete do Ministro de Estado de Minas e Energia, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica classificados como sobras físicas nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme Nota Técnica nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovou a Recomposição Tarifária Extraordinária da Companhia, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 01 de setembro de 2020. Os recebimentos serão realizados em 36 parcelas mensais e consecutivas,

cujas liberações iniciaram em abril de 2021, tendo sido recebido o montante de R\$16.769 em dezembro de 2023, correspondentes às parcelas de abril 2021 a dezembro de 2023.

Segue movimentação ocorrida nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	19.196	33.175
Recebimento	(16.769)	(17.226)
Atualização financeira ^(*)	1.464	3.247
Saldo em 2023 e 2022	3.891	19.196

^(*) Valores atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic.

⁽⁵⁾ **Indenização à Concessão - AIC - (Ativo imobilizado em Curso)** - refere-se ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC, nos processos de valoração das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, conforme Nota Técnica nº 220/2020-SFF/ANEEL, que aprovou a Recomposição Tarifária Extraordinária da Companhia, cujos critérios atenderam ao disposto no art. 2º da MP nº 998, de 1ª de setembro de 2020. Os recebimentos serão realizados em 36 parcelas mensais e consecutivas, cujas liberações iniciaram em maio de 2021.

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	34.497	66.641
Recebimento ^(*)	(35.094)	(37.177)
Atualização financeira ^(**)	672	5.033
Saldo em 2023 e 2022	75	34.497

^(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a controlada EAC recebeu os valores correspondentes as liberações das parcelas de maio de 2022 a dezembro de 2023 no montante de R\$35.094 (R\$37.177 em 2022);

^(**) Valores atualizados pelo IPCA até novembro de 2021 e a partir desta data com aplicação da taxa Selic.

11. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Energisa S/A, (99,36% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
· Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A	EMR	Distribuição de energia
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A	EPB	Distribuição de energia
· Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A	ESE	Distribuição de energia
· Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A	ERO	Distribuição de energia
· Energisa Soluções S/A	ESOL	Serviços
· Energisa Comercializadora de Energia Ltda	ECOM	Comercialização de energia
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe I S/A	EGCS-RP1	Parque solar
· Energisa Geração Central Solar Rio do Peixe II S/A	EGCS-RP2	Parque solar
· Energisa Transmissão de Energia S/A	ETE	Holding
· Voltz Capital S/A	VOLTZ	Serviços
· Alsol Energias Renováveis S/A	ALSOL	Holding e Geração Distribuída
· Energisa Biogás S/A	EBG	Holding
· Energisa Distribuição de Gás S/A	EDG	Holding
· Energisa Participações Nordeste S/A	EPN	Holding

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora da Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Energisa Soluções S/A (ESOL), Gemini Energy S/A, Alsol Energias Renováveis S/A (ALSOL), Energisa Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG), Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e Energisa Participações Nordeste S/A (EPN), possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A:		
· Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A	EMT	Distribuição de energia
· Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A	EMS	Distribuição de energia
· Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A	ETO	Distribuição de energia
· Energisa Sul Sudeste - Distribuidora de Energia S/A	ESS	Distribuição de energia
· Multi Energisa Serviços S/A	MULTIENERGISA	Serviços
· Rede Power Holding de Energia S/A	REDE POWER	Holding
· Companhia Técnica de Comercialização de Energia	CTCE	Comercialização de energia
· QMRA Participações S/A	QMRA	Holding
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
· Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A	EPA I	Transmissão de energia
· Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A	EGO I	Transmissão de energia
· Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A	EPA II	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A	ETT	Transmissão de energia
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A	EAM	Transmissão de energia
· Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A	ETT II	Transmissão de energia
· Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A	EPTE	Transmissão de energia
· Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A	EAP	Transmissão de energia
· Gemini Energy S/A	GEMINI	Holding
· Nova Gemini Transmissão de Energia S/A	NOVA GEMINI	Holding
· Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A	EAM II	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IV S/A	ETE IV	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia V S/A	ETE V	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VII S/A	ETE VII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia VIII S/A	ETE VIII	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia IX S/A	ETE IX	Transmissão de energia
· Energisa Transmissão de Energia X S/A	ETE X	Transmissão de energia
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
· Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A	LMTE	Transmissão de energia
· Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A	LXTE	Transmissão de energia
· Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A	LTTE	Transmissão de energia
· Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A	LITE	Transmissão de energia
· Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda	POMTE	Serviços
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
· Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda	LARALSOL	Geração de energia distribuída
· URB Energia Limpa Ltda	URB	Geração de energia distribuída
· Reenergisa Geração Fotovoltaica I Ltda	REENERGISA I	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A	REENERGISA II	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A	REENERGISA III	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A	REENERGISA IV	Geração distribuída fotovoltaica
· Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A	REENERGISA VI	Geração distribuída fotovoltaica
· Renesolar Engenharia Elétrica Ltda	RENESOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
· Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda	FLOWSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
· Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda	CARBONSOLAR	Geração distribuída fotovoltaica
Controlada direta da Energisa Soluções S/A:		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A	ESOLC	Serviços
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
· Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A		
· Companhia de Gás do Espírito Santo - ES GÁS	ES GÁS	Distribuição de gás natural

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços contratados (despesas) / projetos	Compartilhamento ⁽⁷⁾	Disponibilização de sistema de transmissão	Débitos com partes relacionadas ⁽⁵⁾	Comissão e debêntures (despesas financeiras) ⁽⁴⁾	Saldo a pagar	Despesas com partes relacionadas ⁽⁵⁾	Saldo a pagar debêntures - outras contas a pagar ⁽⁴⁾	Recursos destinados a futuro aumento de capital
ESA ⁽¹⁾	(15.092)	(2.126)	-	-	(26.381)	(2.949)	(2.716)	(428.264)	(295.200)
ESOL ^(2 e 8)	(1.389)	-	-	-	-	(46)	-	-	-
ESOLC ⁽²⁾	(11.739)	-	-	-	-	(1.876)	-	-	-
MULTI ⁽³⁾	(3.017)	-	-	-	-	(520)	-	-	-
ECOM	-	(72)	-	-	-	(8)	-	-	-
ESE	-	(22)	-	-	-	3	-	-	-
EPB	-	(2.359)	-	-	-	(240)	-	-	-
ETO	-	105	-	-	-	17	-	-	-
EMT	-	33	-	-	-	17	-	-	-
EMS	-	(465)	-	-	-	(39)	-	-	-
ESS	-	(22)	-	-	-	-	-	-	-
ERO	-	4	-	-	-	(4)	-	-	-
EMR	-	(1.056)	-	-	-	(113)	-	-	-
EGO I ⁽⁶⁾	-	3	(27)	-	-	-	-	-	-
EPA I ⁽⁶⁾	-	4	(25)	-	-	1	-	-	-
EPA II ⁽⁶⁾	-	2	(20)	-	-	-	-	-	-
ETT ⁽⁶⁾	-	1	(39)	-	-	-	-	-	-
EAM ⁽⁶⁾	-	-	(4)	-	-	-	-	-	-
EPTE ⁽⁶⁾	-	-	(2)	-	-	-	-	-	-
LMTE ⁽⁶⁾	-	-	(78)	-	-	-	-	-	-
LXTE ⁽⁶⁾	-	-	(90)	-	-	-	-	-	-
LTTE ⁽⁶⁾	-	-	(30)	-	-	-	-	-	-
2023	(31.237)	(5.970)	(315)	-	(26.381)	(5.757)	(2.716)	(428.264)	(295.200)
2022	(29.092)	(6.905)	(155)	(106.452)	(26.174)	(4.254)	(4.188)	(272.290)	(100.000)

⁽¹⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - referem-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade e faturamento. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela ANEEL e firmado em 31 de maio de 2022 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual.

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de Informática e Licenciamento de Softwares, firmado em 11 de abril de 2022 com vencimento em 10 de abril de 2027 no valor total de R\$31.929, correspondente ao período de 60 meses, referente: (i) Serviços de Infraestrutura de TI (Tecnologia da Informação) e Contingência; (ii) Serviços de Segurança Cibernética e Compliance; (iii) Licenciamento e Manutenção de Sistemas Comerciais e de *BI (Business Intelligence)*; (iv) Serviço de Implantação de Sistemas e Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas Comerciais e Sistemas de *BI (Business Intelligence)*; (v) Licenciamento e Manutenção Sistemas ERP; (vi) Serviço de Implantação de Sistemas e (vii) Prestação de Serviços de Suporte em Sistemas ERP. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022;

⁽²⁾ Referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

⁽³⁾ Refere-se à prestação de serviços especializados em Call Center e suporte a TI, a qual foram submetidos à aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

⁽⁴⁾ A Companhia efetuou a 1ª, 2ª e 4ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 19. Em 2023 o valor atualizado é de R\$428.264 (R\$272.290 em 2022);

⁽⁵⁾ Refere-se a mútuos que possuem prazo de 47 meses, nos termos de contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos. Os contratos de mútuos são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, que no exercício foi em média CDI + 2,5% a.a;

⁽⁶⁾ Refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão;

⁽⁷⁾ Em 29 de março de 2022 foi firmado contrato de compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022;

⁽⁸⁾ **Contrato de prestação de serviços** - refere-se à prestação de serviços de assistência técnica, suporte técnico e níveis de serviço relacionados ao Sistema SCADA. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho ANEEL, nº 3.024, de 19 de outubro de 2022, com data de vigência a partir de 02 de setembro de 2022 e vencimento em 02 de setembro de 2027.

Remuneração dos administradores

	2023	2022
Remuneração anual ⁽¹⁾	3.207	3.736
Remuneração dos membros do Conselho de Administração	177	164
Remuneração da Diretoria	1.477	1.526
Outros benefícios ⁽²⁾	833	1.216

⁽¹⁾ Limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2023 foi aprovado na AGO de 26 de abril de 2023;

⁽²⁾ Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, plano de saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2023, foram de R\$60 e R\$2 (R\$66 e R\$2 em 2022), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2023 foi de R\$13 (R\$16 em 2022).

Programa de remuneração variável (Plano de Incentivo de Longo Prazo - ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um plano de (ILP). Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em *Units* da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da Controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações (*Units*), de acordo com o escopo de cada executivo. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de quatro programas de concessão de ações (*Units*) em andamento: (i) 4º Programa, de *Performance Shares*, que teve a realização da outorga em maio de 2021 e o encerramento do *vesting* previsto para maio de 2024; (ii) 5º Programa, de *Performance Shares*, que teve a realização da outorga em maio de 2022 e o encerramento do *vesting* previsto para maio de 2025; (iii) e o 6º Programa, que se divide em dois, sendo o primeiro de *Restricted Shares (Matching)*, iniciado em dezembro de 2023, e o segundo *Performance Shares*, este último iniciado em outubro de 2023, ambos com encerramento do *vesting* previsto para maio de 2026.

O 4º e 5º Programas são associados as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Fluxo de Caixa Livre*, que compõem o Fator de Desempenho e que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de *Performance Shares* é associado as condições de performance *Total Shareholder Return (TSR) Relativo e Valorização do Preço da Ação (ENGI11)*, que ao final do período de *vesting*, dependendo do atingimento, modificam o resultado do programa.

O 6º Programa de *Restricted Shares (Matching)* é associado ao cumprimento da aquisição de uma quantidade de *Units* ENGI11 e, após o período de *vesting*, caso não tenha acontecido nenhuma movimentação nas *Units* por parte do participante, ele receberá a transferência do mesmo número de *Units* compradas (1:1), ou seja, para 1 (uma) *Unit* adquirida, o beneficiário receberá também 1 (uma) *Unit*.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	2º programa ⁽¹⁾	3º programa ⁽¹⁾	4º programa	5º programa	6º programa <i>Restricted Shares Matching</i>	6º programa <i>Performance Shares</i>
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Valor médio da ação do fechamento dos últimos 60 dias a partir de 27/09/2023	Monte Carlo
Total de opções de ações	9.248	6.339	9.744	15.458	5.394	5.394
Data de Aprovação do Conselho de Administração	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021	12/05/2022	27/09/2023	27/09/2023
Data de início <i>vesting</i>	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021	13/05/2022	11/12/2023	30/10/2023
Prazo de carência	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	2 anos e 5 meses
Taxa de juros livre de risco	7,7%	5,260%	7,880%	12,550%	N/A	N/A
Projeção dos depósitos interfinanceiros - DI	DI1F2022	DI1F2023	DI1J2024	DI1J2025	N/A	-
Volatilidade ⁽²⁾	25,06%	50,51%	35,09%	34,88%	N/A	N/A
Valor justo na data da outorga	R\$54,97	R\$43,69	R\$37,19	R\$37,90	R\$48,40	R\$48,40
Movimentação	Liquidado	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação	Em operação

¹⁾ Em 01 de junho de 2023, foi assinado o termo de quitação e ciência do 3º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, onde não houve a transferência de propriedade de *Units* previstos no programa, em decorrência do não atingimento do Fator de Desempenho contratado. Em 12 de maio de 2022, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a liquidação do 2º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo, cujo montante foi de R\$368 representativo de 8.381 *Units*, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário;

²⁾ Volatilidade e correlação entre os preços de ação da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE (“Índice de Energia Elétrica e seus pares”) para o *Total Shareholder Return (TSR)* foram calculadas com base nos valores históricos de 01 (um) ano anterior à data de outorga do programa.

Para os programas em operação não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2023.

Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (*Units*) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base “*pro rata temporis*”, que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações (*Units*).

No exercício findo em 2023, foram contabilizados R\$403 (R\$383 em 2022) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações (*Units*) na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas - Programa de remuneração variável (ILP). O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 2023 é de R\$1.454 (R\$1.051 em 2022).

12. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A Companhia possui créditos de IRPJ sobre prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social sobre o lucro não reconhecidos nas demonstrações financeiras nos montantes de R\$28.249 e R\$18.394, respectivamente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2023	2022
Ativo		
Imposto de Renda sobre Prejuízos Fiscais	160.311	155.396
Contribuição Social sobre Base Negativa	57.973	56.041
Diferenças temporárias:		
Imposto sobre a Renda	53.451	59.735
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	19.242	21.504
Total	290.977	292.676
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto sobre a Renda	(19.685)	(20.383)
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(7.086)	(7.338)
Total	(26.771)	(27.721)
Total líquido - ativo não circulante	264.206	264.955

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativos e Passivos				
Prejuízos fiscais	641.244	160.311	621.582	155.396
Base negativa da Contribuição Social sobre o Lucro	644.142	57.973	622.673	56.041
Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal e regulatório	31.507	10.712	77.913	26.490
Outras provisões (PEE, P&D, honorários e outras)	8.374	2.847	3.397	1.155
Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (PPECLD)	141.530	48.120	125.287	42.598
Ajuste a Valor Presente	26.216	8.913	26.713	9.082
Marcação a mercado - derivativo	(58.210)	(19.791)	(51.347)	(17.458)
Parcela do VNR - ativo financeiro indenizável da concessão	(4.157)	(1.414)	(2.867)	(975)
Marcação a mercado - dívida	6.178	2.101	(12.731)	(4.329)
Outras exclusões temporárias	(16.373)	(5.566)	(8.956)	(3.045)
Total - Ativo não Circulante	1.420.451	264.206	1.401.664	264.955

A realização dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Realização dos créditos fiscais
2024	10.788
2025	17.614
2026	17.093
2027	17.779
2028	17.979
2029 a 2030	53.690
Após 2031	156.034
Total	290.977

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados a seguir:

	2023	2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(24.092)	(39.493)
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	8.191	13.428
Ajustes:		
Outros incentivos fiscais	-	3.777
Outros créditos de períodos anteriores	-	1.105

	2023	2022
Créditos tributários de períodos anteriores constituídos no exercício ⁽¹⁾	-	65.435
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multas, etc.)	(198)	-
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	7.993	83.745

⁽¹⁾ No exercício de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$65.435 de créditos tributários, referente a prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias de períodos anteriores, por ter se enquadrado nas regras estabelecidas na legislação e de acordo com as projeções de resultados para os próximos exercícios que demonstram sua recuperação.

Em novembro de 2021, a Companhia obteve aprovação junto a SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia do seu pedido de benefício fiscal, para o período de 01 de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2030, através do Laudo Constitutivo nº 018/2021 expedido em 29 de julho de 2021, bem como o reconhecimento pela Receita Federal do Brasil, através do Ato Declaratório Executivo VR 02RF DEVAT/EBEN nº 202, de 30 de novembro de 2021, que consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração.

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

Em agosto de 2021, a Companhia impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acórdão foi divulgado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro de 2023 compensam a possível base para restituição de IRPJ e CSLL sobre as atualizações monetárias ativas.

13. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o exercício e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante negativo de R\$4.341 (R\$2.380 em 2022).

Segue as movimentações ocorridas no exercício:

Ativo financeiro valor justo	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021- não circulante	48.246	39.129
Adições no exercício ⁽¹⁾	87.806	6.742
Baixas no exercício	(242)	(5)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾	(4.341)	2.380
Saldo em 2023 e 2022 - não circulante	131.469	48.246

- 1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção para o ativo financeiro indenizável da concessão;
- 2) Os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio de resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

14. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2022	Adição	Transferências		Outros ⁽¹⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2023
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾			
Ativo contratual - infraestrutura em construção							
Em construção	517.226	475.076	(471.314)	(85.747)	(80)	-	435.161
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão							
Em construção	123.859	85.690	(193.434)	2.059	-	2.237	20.411
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	393.367	389.386	(277.880)	(87.806)	(80)	(2.237)	414.750

	Saldos em 2021	Adição	Transferências		Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2022
			Intangível - contrato de concessão ⁽¹⁾	Ativo financeiro indenizável da concessão ⁽²⁾		
Ativo contratual - infraestrutura em construção						
Em construção	203.093	446.916	(126.026)	(6.757)	-	517.226
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão						
Em construção	91.649	65.669	(33.695)	(15)	251	123.859
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	111.444	381.247	(92.331)	(6.742)	(251)	393.367

⁽¹⁾ O montante de R\$277.880 (R\$87.806 em 2022) foi transferido para o Intangível - contrato de concessão, enquanto o montante de R\$80 foi reclassificado para o imobilizado;

⁽²⁾ O montante de R\$92.331 (R\$6.742 em 2022) foi transferido para o Ativo financeiro indenizável da concessão;

⁽³⁾ O montante de R\$2.237 (R\$251 em 2022) refere-se a estimativa de Amortização - Indenização à concessão AIC das parcelas de obrigações vinculadas a concessão a receber a serem aplicadas as obras já construídas.

15. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2022	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2023
Imobilizado em serviço							
Custo							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	6.062	-	2.104	-	-	8.166
Máquinas e equipamentos	12,03%	15.333	-	4.426	(97)	-	19.662
Veículos	14,29%	244	-	-	-	-	244
Móveis e utensílios	6,25%	2.211	-	756	-	-	2.967
Total do imobilizado em serviço		23.850	-	7.286	(97)	-	31.039
Depreciação acumulada							
Edificações, obras civis e benfeitorias		(229)	-	-	-	(236)	(465)
Máquinas e equipamentos		(8.875)	-	-	1	(1.207)	(10.081)
Veículos		(122)	-	-	-	(35)	(157)
Móveis e utensílios		(797)	-	-	-	(139)	(936)
Total depreciação acumulada		(10.023)	-	-	1	(1.617)	(11.639)
Subtotal Imobilizado		13.827	-	7.286	(96)	(1.617)	19.400
Imobilizado em Curso		4.270	4.593	(7.286)	-	-	1.577
Total do Imobilizado		18.097	4.593	-	(96)	(1.617)	20.977

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2021	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2022
Imobilizado em serviço						
Custo						
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33%	4.599	-	1.463	-	6.062
Máquinas e equipamentos	12,86%	12.693	-	2.640	-	15.333
Veículos	14,29%	244	-	-	-	244
Móveis e utensílios	6,25%	2.171	-	40	-	2.211
Total do imobilizado em serviço		19.707	-	4.143	-	23.850
Depreciação acumulada						
Edificações, obras civis e benfeitorias		(52)	-	-	(177)	(229)
Máquinas e equipamentos		(7.989)	-	-	(886)	(8.875)
Veículos		(87)	-	-	(35)	(122)
Móveis e utensílios		(681)	-	-	(116)	(797)
Total depreciação acumulada		(8.809)	-	-	(1.214)	(10.023)
Subtotal Imobilizado		10.898	-	4.143	(1.214)	13.827
Imobilizado em Curso		7.106	2.708	(5.544)	-	4.270
Total do Imobilizado		18.004	2.708	(1.401)	(1.214)	18.097

16. Intangível

	2023	2022
Intangível - contrato de concessão	876.153	653.300
Intangível - direito de uso	227	427
Intangível - software e outros	33.029	33.488
Total	909.409	687.215

16.1 Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2023
Intangível em Serviço						
Custo	4,26%	1.480.352	471.290	(14.231)	-	1.937.411
Amortização acumulada		(470.524)	24	7.665	(82.340)	(545.175)
Subtotal		1.009.828	471.314	(6.566)	(82.340)	1.392.236
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,76%	505.536	193.434	(5.498)	-	693.472
Amortização acumulada		(149.008)	-	-	(28.381)	(177.389)
Subtotal		356.528	193.434	(5.498)	(28.381)	516.083
Total do Intangível - contrato de concessão		653.300	277.880	(1.068)	(53.959)	876.153

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2021	Adição ⁽¹⁾	Baixas ⁽²⁾	Amortização ⁽³⁾	Saldos em 2022
Intangível em Serviço						
Custo	4,05%	1.364.146	126.026	(9.820)	-	1.480.352
Amortização acumulada		(416.810)	-	7.056	(60.770)	(470.524)
Subtotal		947.336	126.026	(2.764)	(60.770)	1.009.828
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,68%	471.841	33.695	-	-	505.536
Amortização acumulada		(127.478)	-	-	(21.530)	(149.008)
Subtotal		344.363	33.695	-	(21.530)	356.528
Total do Intangível - contrato de concessão		602.973	92.331	(2.764)	(39.240)	653.300

- (1) O montante de R\$277.880 (R\$92.331 em 2022), foram transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção;
- (2) As baixas no montante de R\$1.068 (R\$2.764 em 2022), foram contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais;
- (3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R\$4.478 (R\$4.008 em 2022).

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia elétrica, não podendo ser alienada, cedida ou dada em garantia sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 948, de 16 de novembro de 2021, aprovou os procedimentos para desvinculação de bens vinculados à prestação do serviço público de energia elétrica, como também, dispensou a obrigação de anuência prévia no caso de desvinculação de bens considerados inservíveis. Determinou, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,26% (4,05% em 2022).

Obrigações vinculadas a concessão

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão estão reduzidos pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

	2023	2022
Contribuições do consumidor ⁽¹⁾	49.229	45.171
Participação da União, Estados e Municípios ⁽²⁾	567.449	491.314
Participação da União - recursos RGR ⁽³⁾	79.980	81.257
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	17.235	17.235
(-) Amortização acumulada	(177.389)	(152.271)
Total	536.504	482.706
Alocação:		
Ativo financeiro indenizável da concessão	10	2.319
Ativo contratual - infraestrutura em construção	20.411	123.859
Intangível - contrato de concessão	516.083	356.528
Total	536.504	482.706

(1) Representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em Programas de Eficiência Energética - PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço;

(2) Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE), valores referentes ao Programa Luz para Todos e recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que envolvem na sub-rogação da CCC, devido à interligação dos sistemas isolados;

(3) **Indenização a concessão - ativo imobilizado em curso** - parcela referente ao reconhecimento dos recebíveis a serem efetuados com recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, autorizados pela Portaria MME nº 484, de 26 de janeiro de 2021, correspondentes aos valores não depreciados dos ativos de distribuição de energia elétrica contabilizados no Ativo Imobilizado em Curso - AIC nos processos de valoração completa das bases de remuneração regulatória, homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através das Notas Técnicas nº 219/2020 e nº 220/2020-SFF/ANEEL (nota explicativa nº 15). A baixa ocorrida em 2023 no valor de R\$1.277, refere-se ao valor reembolsado pelos consumidores durante a vigência do RT/2020. O montante foi adicionado à rubrica Contribuições do consumidor.

16.2 Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábeis CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - direito de uso				
Custo	11,90%	1.681	-	1.681
Amortização acumulada		(1.254)	(200)	(1.454)
Total do Intangível - direito de uso		427	(200)	227

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2021	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - direito de uso				
Custo	27,84%	1.681	-	1.681
Amortização acumulada		(786)	(468)	(1.254)
Total do Intangível - direito de uso		895	(468)	427

16.3 Intangível - software

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2022	Adição	Transferência ⁽¹⁾	Amortização	Saldos em 2023
Intangível - software						
Custo	20,00%	30.377	-	22.261	-	52.638
Amortização acumulada		(17.415)	-	(24)	(5.967)	(23.406)
Em curso		20.526	5.428	(22.157)	-	3.797
Total do Intangível - software		33.488	5.428	80	(5.967)	33.029

(1) O montante de R\$80 refere-se às reclassificações para o ativo contratual - infraestrutura em construção.

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2021	Adição	Transferência	Amortização	Saldos em 2022
Intangível - software						
Custo	20,00%	23.948	-	6.429	-	30.377
Amortização acumulada		(14.496)	-	-	(2.919)	(17.415)
Em curso		18.660	6.894	(5.028)	-	20.526
Total do Intangível - software		28.112	6.894	1.401	(2.919)	33.488

17. Fornecedores

	2023	2022
Compra de energia elétrica ⁽¹⁾	74.421	80.779
Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS ⁽¹⁾	3.317	3.199
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE ⁽²⁾	833	1.960
Encargos de conexão ⁽¹⁾	235	178
Encargos de Serviços de Sistema - ESS ⁽³⁾	1.623	68
Materiais, serviços e outros ⁽⁴⁾	79.341	32.273
Total	159.770	118.457
Circulante	151.920	117.358
Não Circulante	7.850	1.099

⁽¹⁾ Referem-se à aquisição de energia elétrica de geradores, custo de transmissão, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias;

⁽²⁾ A conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões da liquidação de energia MCP (Mercado de Curto Prazo), efeito das cotas (Garantia Física, Angra e Itaipu) e efeito dos contratos por disponibilidade. As principais variações foram motivadas pela realização da carga mensal da área de concessão e dos contratos da distribuidora. O PLD (Preço das Liquidações das Diferenças) precifica as liquidações de energia no MCP e valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário;

⁽³⁾ Os valores referem-se aos despachos de térmicas fora da ordem de mérito de custo. Em 2022, as condições hidrológicas eram favoráveis, assim não houve necessidade de grandes despachos fora da ordem de mérito. Para 2023, houve necessidade de acionar térmicas para atender a carga do Sistema Interligado Nacional - SIN, em função das ondas de calor observadas nos meses de novembro e dezembro;

⁽⁴⁾ Refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias. Inclui estimativas de valores de honorários de êxitos de advogados por conta de processos judiciais.

18. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
Pré Fixado	65.573	-	-	-	3.239	-	-	68.812
Pós Fixado								
IPCA	104.846	-	(8.982)	(5.155)	9.951	-	-	100.660
CDI	520.846	140.000	(125.993)	(36.642)	73.414	-	-	571.625
(-) Custo com captação	(3.932)	-	-	-	1.459	(818)	-	(3.291)
Total do custo amortizado	687.333	140.000	(134.975)	(41.797)	88.063	(818)	-	737.806
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Euro	143.150	-	(138.694)	(1.268)	(3.188)	-	-	-
Marcação a mercado	(418)	-	-	-	-	-	418	-
Total ao valor justo	142.732	-	(138.694)	(1.268)	(3.188)	-	418	-

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Total	830.065	140.000	(273.669)	(43.065)	84.875	(818)	418	737.806
Circulante	337.038							360.740
Não circulante	493.027							377.066

	Saldos em 2021	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado								
Moeda Nacional								
Pré Fixado	62.463	-	-	-	3.110	-	-	65.573
Pós Fixado								
IPCA	104.980	-	(6.521)	(5.337)	11.724	-	-	104.846
CDI	412.842	90.000	(24.084)	(21.076)	63.164	-	-	520.846
(-) Custo com captação	(635)	-	-	-	788	(4.085)	-	(3.932)
Total do custo amortizado	579.650	90.000	(30.605)	(26.413)	78.786	(4.085)	-	687.333
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Euro	324.937	-	(140.177)	(3.642)	(37.968)	-	-	143.150
Marcação a mercado	1.038	-	-	-	-	-	(1.456)	(418)
Total ao valor justo	325.975	-	(140.177)	(3.642)	(37.968)	-	(1.456)	142.732
Total	905.625	90.000	(170.782)	(30.055)	40.818	(4.085)	(1.456)	830.065
Circulante	208.700							337.038
Não circulante	696.925							493.027

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros (% a.a.)	Encargos Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimento	Amortização do Principal	Taxa efetiva de juros (% a.a.) ⁽¹⁾	Taxa efetiva de Swap (% a.a.) ⁽⁶⁾	Garantias ⁽²⁾	Covenants ⁽³⁾
	2023	2022								
CCEE	68.812	65.573	PRÉ + 5.00%	-	dez/48	A partir de jan/24 a.m.	5,00%	-	R	NA
BTG PACTUAL - BNDES 1/20	100.660	104.846	IPCA + 1.83% + 3.23%	-	dez/34	A partir de abr/22 a.m.	9,68%	-	A + R	2
SANTANDER - CCB 1035864	-	103.319	CDI + 1.70%	-	abr/23	Final	14,85%	-	A	NA
NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 4ª SÉRIE	-	15.367	CDI + 1.81%	-	jul/23	Final	14,96%	-	A	2
NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 3ª SÉRIE	-	15.473	CDI + 1.81%	-	jan/23	Final	14,96%	-	A	2
NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 5ª SÉRIE	17.088	14.850	CDI + 1.81%	-	jan/24	Final	14,96%	-	A	2
NOTA PROMISSÓRIA 1ª EMISSÃO 6ª SÉRIE	324.132	281.685	CDI + 1.81%	-	jul/24	Final	14,96%	-	A	2
China Constrution Bank CCB nº 1303950	90.191	90.152	CDI + 1.50%	-	jun/26	Final	14,65%	-	A	2
1ª EMISSÃO DE NOTA COMERCIAL SÉRIE UNICA	140.214	-	CDI + 1.80%	-	jun/25	Final	14,95%	-	A	2
Custo de captação incorrido na contratação	(3.291)	(3.932)								
Total em Moeda Nacional	737.806	687.333								
Merrill Lynch Loan ⁽⁴⁾	-	143.150	EURO+1.40%	CDI+1,65%	dez/23	A partir de dez/20 a.m.	-2,51%	14,80%	A + R	1
Marcação à Mercado da Dívida ⁽⁵⁾	-	(418)								
Total em Moeda Estrangeira	-	142.732								
Total	737.806	830.065								

⁽¹⁾ As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício de 2023. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 32;

⁽²⁾ A = Aval Energisa S/A e R = Recebíveis;

(3) **Condições de covenants** - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos nos contratos com base nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados a seguir:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado Covenants (*)	(1) Menor ou igual a 4,0x até o vencimento, para operações contratadas até 2019 (2) Menor ou igual a 4,25x até o vencimento, para as demais operações	Trimestral e Anual

(*) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 32). Em 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

(4) Os contratos de financiamentos possuem proteção de *swap* cambial e instrumentos financeiros derivativos (nota explicativa nº 32);

(5) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de “*hedge*” de valor justo ou pela designação como “*Fair Value Option*” (nota explicativa nº 32);

(6) As taxas efetivas de *swap* na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº 32.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas no exercício:

Moeda/indicadores	2023	2022
CDI	13,15%	12,39%
IPCA	4,62%	5,78%
Euro	-3,91%	-11,89%

Os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2025	150.303
2026	101.018
2027	11.529
2028	11.529
Após 2028	102.687
Total	377.066

19. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2022	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2023
Mensuradas ao custo amortizado								
Pós Fixado								
CDI	203.597	-	(200.000)	(30.503)	26.906	-	-	-
IPCA	272.290	142.000	-	(12.406)	26.380	-	-	428.264
(-) Custo com captação	(2.959)	-	-	-	1.039	(4.345)	-	(6.265)
Marcação a mercado	(12.313)	-	-	-	-	-	18.491	6.178
Total do custo amortizado	460.615	142.000	(200.000)	(42.909)	54.325	(4.345)	18.491	428.177
Circulante	210.179							7.712
Não circulante	250.436							420.465

	Saldos em 2021	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e custos	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2022
Mensuradas ao custo amortizado - pós fixado					
CDI	202.540	(27.544)	28.601	-	203.597
IPCA	258.051	(11.936)	26.175	-	272.290
(-) Custo com captação	(3.945)	-	986	-	(2.959)
Marcação a mercado	(5.690)	-	-	(6.623)	(12.313)
Total do custo amortizado	450.956	(39.480)	55.762	(6.623)	460.615
Circulante	8.781				210.179
Não circulante	442.175				250.436

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / Circulação	Rendimentos (% a.a.)	Encargo Swap Ponta Passiva (% a.a.)	Vencimentos	Amortização	Taxa efetiva de juros (% a.a.)	Taxa efetiva de Swap (% a.a.) ⁽³⁾	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽²⁾
	2023	2022										
Debentures 1ª Emissão	234.389	224.182	14/04/2019	175000 / 175000	IPCA + 4.62%	104,00% CDI	abr/26	Final	9,24%	13,68%	SG	NA
Debentures 2ª Emissão 1ª Série	5.756	5.506	11/10/2020	4580 / 4580	IPCA + 4.23%	CDI + 0,835%	out/27	Final	8,85%	13,99%	SG	NA
Debentures 2ª Emissão 2ª Série	44.543	42.602	11/10/2020	35420 / 35420	IPCA + 4.47%	CDI + 1,80%	out/30	A partir de out/28 anual	9,09%	14,95%	SG	NA
Debentures 3ª Emissão	-	203.597	18/11/2020	200000 / 200000	CDI + 2.20%	-	nov/23	Final	15,35%	-	A	2
Debêntures 4ª Emissão 1ª Série	19.786	-	13/09/2023	19574 / 19574	IPCA + 6.17%	-	set/30	Final	10,79%	-	SG	NA
Debêntures 4ª Emissão 2ª Série	123.790	-	13/09/2023	122426 / 122426	IPCA + 6.45%	-	set/33	Final	11,07%	-	SG	NA
(-) Custos de captação	(6.265)	(2.959)										
(-) Marcação à Mercado da Dívida	6.178	(12.313)										
Total	428.177	460.615										

(1) A = Aval Energisa S/A e SG = Sem Garantia

(2) **Condições de covenants:** as debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela Energisa S/A., sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas restritivas	Índice requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBITDA Ajustado Covenants ⁽¹⁾	Menor ou igual a 4,25x até o vencimento, para as demais operações	Trimestral e Anual

(1) EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (nota explicativa nº 32). Em 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

(3) As taxas efetivas de swap na ponta passiva representam as variações ocorridas no exercício de 2023 demonstrados na nota explicativa nº 32;

As debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2023
2026	232.483
2027	5.120
2028	14.142
Após 2028	168.720
Total	420.465

20. Impostos e contribuições sociais

	2023	2022
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	22.127	16.987
Encargos Sociais	7.386	7.089
Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ	275	805
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	122	869
Contribuições ao PIS e à COFINS	10.517	12.891
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.873	2.064
Imposto Sobre Serviços - ISS	639	1.071
Impostos e contribuições retidos	1.421	618
Outros	2.186	2.202
Total	46.546	44.596
Circulante	44.974	40.364
Não Circulante	1.572	4.232

21. Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 13 de maio de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 - "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídicos e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7698/2021-ME, reconheceu em 2021 o montante de R\$3.276, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico.

O Presidente da República sancionou em 27 de junho de 2022 a Lei nº 14.385 que disciplinou a devolução de tributos recolhidos a maior pelas prestadoras de serviço público de distribuição de energia elétrica.

O art. 3º da referida Lei também prevê que a ANEEL deverá promover, nos processos tarifários, a destinação integral, em proveito dos usuários de serviços públicos afetados na respectiva área de concessão ou permissão, dos valores objeto de repetição de indébito pelas distribuidoras de energia elétrica relacionados às ações judiciais transitadas em julgado que versam sobre a exclusão do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

da base de cálculo da Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Para a destinação dos valores acima, a ANEEL considerará, nos processos tarifários, a integralidade do crédito a ser ressarcido em favor da distribuidora de energia elétrica deduzidos dos custos administrativos e tributários correspondentes e a capacidade de compensação desse crédito (pela distribuidora) perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

A destinação dar-se-á nos processos tarifários anuais, iniciadas a partir do mês de julho/2022, após habilitação dos créditos perante a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil ("RFB").

O resumo dos impactos são como segue:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021 - passivo não circulante	26.383	64.620
Atualização dos outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	2.759	6.197
Repasso de custos com honorários, consultoria e tributos	(151)	(273)
(-) Transferência para passivo financeiro setorial - repasse aos consumidores	(25.715)	(44.161)
Saldo em 2023 e 2022 - passivo circulante	3.276	-
Saldo em 2023 e 2022 - passivo não circulante	-	26.383

22. Encargos setoriais

	2023	2022
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	4.438	2.214
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT ^(1 e 2)	-	17
Ministério de Minas e Energia - MME ^(1 e 2)	-	8
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica - PROCEL ⁽¹⁾	1.283	670
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D ⁽¹⁾	5.340	4.358
Programa de Eficiência Energética - PEE ⁽¹⁾	9.174	6.540
Total	20.235	13.807
Circulante	16.234	11.721
Não Circulante	4.001	2.086

⁽¹⁾ O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa SELIC.

A Lei nº 14.120/2021, que alterou a Lei nº 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica ordens de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa. Para os projetos que resultam em bens (tangíveis ou intangíveis), haverá o registro do respectivo valor no ativo intangível/financeiro em contrapartida às obrigações vinculadas à concessão;

⁽²⁾ Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía saldo a receber, em decorrência do recálculo referente a alteração dos percentuais aplicados em PEE e P&D, conforme Parecer n. 00316/2023/PFANEEL/PGE/AGU.

23. Provisões para riscos trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal, regulatória e ambiental.

23.1. Perdas Prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões:

	Trabalhista	Cível	Regulatório	Fiscal	Ambiental	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	4.758	7.308	16	48.753	-	60.835	81.593
Constituições de provisões	2.425	9.589	-	-	6	12.020	7.101
Reversões de provisões	(1.255)	(5.776)	-	(20.666)	-	(27.697)	(21.381)
Pagamentos realizados	(2.169)	(7.056)	-	-	-	(9.225)	(9.100)
Atualização monetária	316	(350)	2	(4.394)	-	(4.426)	2.622
Saldo em 2023 e 2022	4.075	3.715	18	23.693	6	31.507	60.835

A Companhia possui cauções e depósitos vinculados registrados no ativo não circulante, no montante de R\$10.036 (R\$11.580 em 2022), e estão correlacionados a processos provisionados ou não provisionados.

Trabalhista

A maioria das ações propostas por funcionários próprios tem por objeto discussões envolvendo verbas contratuais/legais, além de ações envolvendo ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia verbas rescisórias/contratuais (horas extras, verbas rescisórias e contratuais, vínculo empregatício, entre outros).

Cível

Os processos cíveis discutem principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia, danos elétricos, suspensão de fornecimento, cobrança por irregularidade e ligação nova.

Fiscal

Auto de Infração onde se discute questões envolvendo ICMS.

Regulatório

Processos junto à ANEEL, envolvendo discussão sobre possível descumprimento de preceito regulatório.

23.2. Perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza trabalhista, cível, fiscal e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das causas com perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	4.809	9.900	211.774	-	226.483	225.548
Novos processos	3.076	4	26.510	-	29.590	3.253
Mudança de prognósticos e valor pedido ^(*)	(3.098)	1.220	(38.369)	1.156	(39.091)	(9.672)
Encerramento de processos	(2.459)	(2.569)	-	-	(5.028)	(17.278)
Atualização monetária	506	365	30.602	3	31.476	24.632
Saldo em 2023 e 2022	2.834	8.920	230.517	1.159	243.430	226.483

(*) Natureza Fiscal: alteração de prognóstico realizada em 12 processos, após reavaliação de risco dos consultores jurídicos.

Abaixo apresentamos os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhistas, referem-se a discussões sobre horas extras, reintegração, verbas contratuais/legais, bem como ações de ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia reclamando responsabilidade subsidiária por verbas rescisórias.

Cível

As ações judiciais de natureza cível, em sua grande maioria estão relacionadas a discussões sobre valor de conta de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; cobrança de danos materiais e morais, suspensão do fornecimento, irregularidades nos aparelhos de medição, interrupção de fornecimento, cobrança indevida, entre outros.

Fiscal

As ações de natureza fiscais referem-se basicamente a discussões sobre: (i) diferença na base de cálculo do ICMS da venda de energia elétrica medida para a classe do poder público. Apuração fiscal relativa a agosto a dezembro de 2012, (ii) apropriação indevida dos créditos referentes ao ativo permanente referente ao exercício 2012.

Principais Processos:

Natureza	Tipo de Ação	Nº Processo/Ação	Objeto	2023	2022
Fiscal	Auto de Infração	39910/2020	Discute questões relacionadas à ICMS (imposto não pago/recolhido) apurado no ano de 2016, tendo por fundamento incorreções no cálculo de ICMS e utilização de créditos fiscais em valores superiores ao que efetivamente a EAC teria direito à apropriar-se em sua escrita fiscal no tocante à: i) apuração dos estornos referentes à aquisição de óleo diesel para fins de produção de energia elétrica, parcela isenta, perda de energia e diferença de valor de venda; ii) incongruência dos valores correspondentes a provisão e compensação do diferencial de alíquota mensalmente apurado; iii) não homologação pela administração fazendária da totalidade dos cancelamentos realizados pelo contribuinte; iv) diferença da base de cálculo em relação à energia produzida e efetivamente vendida ao consumidor final.	77.692	68.619
Fiscal	Auto de Infração	11.314/2018 (2018/81/46743)	Discute questões relacionadas à cobrança de diferença de base de cálculo, diferencial de alíquota, livro CIAP e estorno de crédito de óleo diesel.	59.015	52.123

Natureza	Tipo de Ação	Nº Processo/Ação	Objeto	2023	2022
Fiscal	Auto de Infração	2019/81/33314 (AI 12.097)	Lavrado pelo Estado do Acre que formaliza lançamento de crédito tributário de ICMS por “recolhimento a menor de ICMS em relação ao exercício de 2015 decorrente de apropriação indevida de créditos fiscais, diferença na base de cálculo das operações de venda de energia elétrica e recolhimentos mensais inferiores ao devido”. De acordo com a fiscalização, a Contribuinte incorreu nas seguintes ocorrências: (i) estornos de créditos de ICMS do Óleo Diesel; (ii) parcela isenta (inc. I do art. 35 da LCE 55/1997); (iii) perda de energia (inc. IV do art. 35 da LCE 55/1997); (iv) valor de venda inferior ao custo de aquisição (inc. V do art. 35 da LCE 55/1997); (v) valor referente a provisão (débito) e compensação (crédito) do diferencial de alíquota; (vi) não homologação da totalidade dos cancelamentos conforme ocorrências verificadas e previstas no § VIII da cláusula primeira do Convênio ICMS nº30/2004, pela verificação de créditos prescritos (§1º do art. 33 da LCE 5/1997), situações que impedem a manutenção de tais créditos fiscais na escrituração do contribuinte; (vii) diferenças na base de cálculo em relação a energia elétrica efetivamente vendida ao consumidor final; e (viii) diferença de ICMS a recolher para o exercício de 2015. A controlada apresentou impugnação em 20 de setembro de 2019.	43.941	38.809

Ambiental

Discussões sobre suposto descumprimento de preceitos ambientais.

24. Outros Passivos

	2023	2022
Consumidores	4.044	3.577
Consignação em favor de terceiros	203	755
Auto de infração ANEEL	-	174
Ressarcimento AIC - Eletrobrás ⁽¹⁾	23.795	34.453
Material emprestado	1.187	1.187
Bônus de redução voluntária do consumo	264	295
Outras	8.712	7.101
Total	38.205	47.542
Circulante	16.171	17.691
Não circulante	22.034	29.851

⁽¹⁾ **Ressarcimento Ativo Imobilizado em curso - AIC - Eletrobrás** - corresponde a obrigação de ressarcimento prevista no edital do processo de desestatização nº 2/2018-PPI/PND, cujo montante foi estabelecido em 50% do Ativo Imobilizado em Curso - AIC não depreciados, constituídos até fevereiro de 2017 e devidamente homologados na Nota Técnica nº 220/2020-SFF/ANEEL. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia contabilizou a obrigação de ressarcimento a Eletrobrás no valor de R\$42.385 diretamente a conta de transações entre sócios no patrimônio líquido e R\$5.033 (R\$1.359 em 2021) de atualização financeira contabilizada em outras despesas financeiras na demonstração de resultado. Os saldos foram atualizados pela variação de 111% da taxa Selic, a serem amortizados em 60 parcelas mensais.

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	34.453	42.793
Pagamento ^(*)	(14.778)	(13.373)
Atualização financeira	4.120	5.033
Saldo em 2023 e 2022	23.795	34.453

^(*) Iniciado em outubro de 2021 a liquidação do saldo junto a Eletrobrás.

25. Patrimônio líquido (passivo a descoberto)

25.1 Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 é de R\$868.409 (R\$865.395 em 2022) e está representado por 568.664.511 (302.471.428 em 2022) ações ordinárias, todas sem valor nominal.

Em 22 de março de 2023, o Conselho da Administração da Companhia, obedecendo ao limite do capital autorizado, aprovou um aporte de capital no montante de R\$301.379, mediante a emissão de 0,88 novas ações para cada ação existente, totalizando 266.193.083 novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$1,13 por ação, sendo (i) R\$0,01132179 por ação destinado ao capital social correspondente à destinação de R\$3.014 milhões para o capital social; e (ii) R\$1,12085762 por ação destinado à formação da conta de reserva de capital correspondente à destinação de R\$298.365 milhões para a reserva de capital. O preço de emissão foi definido pelo valor justo apurado nos termos do laudo de avaliação emitido pela empresa especializada contratada.

O aumento de capital foi totalmente subscrito e integralizado pela Companhia mediante capitalização de saldo dos créditos detidos oriundos do instrumento particular de mútuo financeiro e de adiantamentos para futuro aumento de capital aos acionistas detentores da posição acionária na Companhia na data de 27 de março de 2023, observado o direito de preferência dos demais acionistas. Findo o prazo de 30 (trinta) dias concedido a todos os acionistas da controlada para o exercício do direito de preferência, contados da data da publicação do aviso aos acionistas, nenhum acionista minoritário acompanhou o aporte de capital.

25.2 Reservas de Capital

	2023	2022
Transações entre sócios ⁽¹⁾	(42.385)	(42.385)
Outras reservas de capital ⁽²⁾	442.099	143.734
Reserva de Incentivos fiscais - Reinvestimento	1.428	1.428
Programa de remuneração variável (ILP) ⁽³⁾	1.454	1.051
Total	402.596	103.828

⁽¹⁾ Refere-se valor de ressarcimento à Eletrobras, previsto no edital do processo de desestatização nº 2/2018-PPI/PND, cujo montante foi estabelecido em 50% do Ativo Imobilizado em Curso - AIC não depreciados, constituídos até fevereiro de 2017 e devidamente homologados na Nota Técnica nº 220/2020-SFF/ANEEL. (Nota explicativa nº 24);

⁽²⁾ Aumento de capital de acordo com a RCA de 22 de março de 2023;

⁽³⁾ Inclui o montante de R\$403 (R\$243 em 2022) referente ao Programa Remuneração Variável implementado de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP), nota explicativa nº 11.

25.3 Outros resultados abrangentes

Refere-se a contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Segue a movimentação realizada nos exercícios:

	2023	2022
Saldo em 2022 e 2021	(380)	(327)
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	37	(53)
Saldo em 2023 e 2022	(343)	(380)

26. Receita operacional

	2023			2022		
	Nº de consumidores (*)	MWh(*)	R\$	Nº de consumidores (*)	MWh(*)	R\$
Residencial	245.699	634.376	552.664	239.858	566.398	469.008
Industrial	285	30.538	25.366	291	35.959	25.575
Comercial	23.062	217.148	199.561	23.032	218.839	188.135
Rural	18.596	44.873	40.311	19.319	45.106	37.136
Poder público	3.248	132.842	98.783	3.149	115.955	79.995
Iluminação pública	520	45.222	23.517	497	48.921	25.003
Serviço público	229	52.769	31.746	223	51.804	29.089
Consumo próprio	67	2.191	-	58	1.810	-
Subtotal	291.706	1.159.959	971.948	286.427	1.084.792	853.941
Suprimento de energia a concessionárias	-	454.572	47.393	-	477.377	29.409
Fornecimento não faturado líquido	-	7.392	(926)	-	5.213	(5.256)
Disponibilidade do sistema de transmissão e de distribuição	54	-	32.542	39	-	18.847
Receita de construção da infraestrutura ⁽¹⁾	-	-	377.941	-	-	356.671
Penalidades regulatórias	-	-	(5.074)	-	-	(3.273)
Valor justo ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	(4.341)	-	-	2.380
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	3.195	-	-	29.474
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	40.640	-	-	31.941
Outras receitas operacionais	-	-	5.897	-	-	3.772
Total - receita operacional bruta	291.760	1.621.923	1.469.215	286.466	1.567.382	1.317.906
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	169.648	-	-	167.339
PIS	-	-	15.310	-	-	13.098
COFINS	-	-	70.521	-	-	60.331
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	3.059	-	-	2.603
Encargos de consumidor - PROCEL	-	-	765	-	-	651
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	67.868	-	-	61.676
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	1.530	-	-	1.301
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	1.530	-	-	1.301
Ministério das Minas e Energia - MME	-	-	765	-	-	651
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	1.269	-	-	1.154
Total - deduções receita operacional	-	-	332.265	-	-	310.105
Total - receita operacional líquida	291.760	1.621.923	1.136.950	286.466	1.567.382	1.007.801

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes

⁽¹⁾ A receita de construção da infraestrutura está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

27. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

	Custo do serviço			Despesas operacionais	Total	
	Com energia elétrica	De operação	Prestado a terceiros	Gerais e administrativas	2023	2022
Energia elétrica comprada para revenda	386.716	-	-	-	386.716	331.289
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	40.365	-	-	-	40.365	35.543
Pessoal e administradores	-	38.829	-	17.418	56.247	63.429
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	403	403	383
Benefícios pós emprego	-	-	-	422	422	957
Material	-	8.084	640	4.524	13.248	10.805
Serviços de terceiros	-	61.879	-	32.529	94.408	62.940
Amortização e depreciação	-	51.731	-	7.771	59.502	40.084
Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa	-	10.799	-	-	10.799	14.857
Provisão para riscos trabalhista, cível e ambiental	-	-	-	4.612	4.612	2.896
Custo de construção da infraestrutura	-	-	377.941	-	377.941	356.671
Outros	-	(15.429)	4	7.248	(8.177)	7.274
Total	427.081	155.893	378.585	74.927	1.036.486	927.128

Energia elétrica comprada para revenda

	MWh ⁽²⁾		R\$	
	2023	2022	2023	2022
Energia de leilão	1.325.465	1.177.582	238.045	197.810
Energia bilateral	238.927	257.176	479.011	574.927
Reembolso CCC	-	-	(401.303)	(500.387)
Cotas de Angra Resolução Normativa nº 530/12	39.055	37.451	13.346	12.844
Energia de curto prazo - CCEE ⁽¹⁾	-	-	18.522	7.359
Cotas Garantia Física - Resolução Homologatória nº 1.410	241.001	301.666	38.486	40.555
Programa Incentivo Fontes Alternativas Energia - PROINFA	25.009	24.752	12.197	13.131
Encargos de Energia de Reserva	-	-	23.597	14.524
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(35.185)	(29.474)
Total	1.869.457	1.798.627	386.716	331.289

⁽¹⁾ Inclui, nesta linha demais custos na CCEE tais como, efeitos dos CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão, efeito de cotas de garantia física, efeito de cotas de energia nuclear e exposição de cota Itaipu, encargos de serviços do sistema;

⁽²⁾ Informações não examinadas pelos auditores independentes.

28. Outros resultados

	2023	2022
<u>Outras receitas:</u>		
Ganho na desativação de bens e direitos	2.864	8.569
Ajuste de Inventário	2.319	998
	5.183	9.567
<u>Outras despesas:</u>		
Perdas na desativação de bens e direitos	(13.444)	(4.021)
Outras	(21.504)	(6.860)
	(34.948)	(10.881)
Total	(29.765)	(1.314)

29. Receitas e despesas financeiras

	2023	2022
Receita de aplicações financeiras	9.961	10.721
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	29.515	19.297
Atualização financeira - ativos financeiros setoriais	4.612	15.380
Tributos sobre receitas financeiras - PIS/COFINS	(3.452)	(3.441)
Receita Financeira - CCEE	7.076	5.097
Juros Selic s/imposto a recuperar	11.828	7.984
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	3.433	5.722
Outras receitas financeiras	6.184	11.469
Total receita financeira	69.157	72.229
Encargos de dívidas - juros	(126.015)	(117.682)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	(13.185)	21.102
Marcação a mercado da dívida	(18.909)	8.079
Marcação a mercado derivativos	22.119	(7.966)
Instrumentos financeiros derivativos	(15.724)	(61.797)
Ajuste a valor presente	538	(6.711)
Despesa de IOF	(262)	(2.528)
Atualização de contingência	4.426	(2.622)
Atualização financeira - passivos financeiros setoriais	773	(529)
Atualização de mútuos	(2.716)	(4.188)
Atualização saldo à aplicar de P&D e PEE	(573)	(563)
Juros/multa	(4.872)	(5.857)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(2.670)	(6.197)
Outras despesas financeiras	(6.878)	(3.622)
Total despesa financeira	(163.948)	(191.081)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(94.791)	(118.852)

30. (Prejuízo) lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2023	2022
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(16.099)	44.252
Média ponderada das ações	546.482	297.430
(Prejuízo) lucro básico e diluído por ação - R\$⁽¹⁾	(0,03)	0,15

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

31. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não são examinadas pelos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2023	2022
Riscos Diversos (RD) Equipamentos	14/02/2024	10.000	147	144
Seguro de proteção de dados e responsabilidade Cibernética	25/08/2024	30.000	39	42
Riscos Operacionais	22/06/2025	90.000	932	376
Auto - Frota	23/10/2024	Até 1.110/veículo	41	36
Vida em Grupo e Acidentes pessoais	31/01/2026	40.648	116	113
Transporte Nacional	04/04/2024	Até 5.000/ viagem	14	11
Responsabilidade Civil Geral	23/06/2025	90.000	175	123
Responsabilidade Civil de Administradores Diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	11	10
			1.475	855

32. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo:

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e os respectivos ganhos no resultado do exercício foram de R\$4.341 (R\$2.380 em 2022), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 13.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa		24.370	24.370	29.021	29.021
Consumidores e concessionárias		215.480	215.480	210.200	210.200
Ativos financeiros setoriais		14.884	14.884	18.078	18.078
		254.734	254.734	257.299	257.299
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	24.824	24.824	21.039	21.039
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	131.469	131.469	48.246	48.246
Instrumentos financeiros derivativos	2	69.890	69.890	68.650	68.650
		226.183	226.183	137.935	137.935

PASSIVO	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Fornecedores		159.770	159.770	118.457	118.457
Empréstimos e financiamentos, Debêntures e encargos de dívidas e debêntures		1.165.983	1.169.560	1.290.680	1.288.186
Passivos financeiros setoriais		49.067	49.067	14.972	14.972
		1.374.820	1.378.397	1.424.109	1.421.615
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	11.680	11.680	17.303	17.303
		11.680	11.680	17.303	17.303

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação de moedas estrangeiras além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo *swap* (instrumento de *hedge*) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI, como *hedge Accounting*. Em 31 de dezembro de 2023 essas operações, assim como as dívidas (objeto do *hedge*) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de *hedge* de valor justo. Em tais designações de *hedge* a Companhia documentou: (i) a relação de *hedge*; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o *hedge* e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do *hedge*.

Os contratos de *swap* são designados e efetivos como *hedge* de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício de 2023, o *hedge* foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como *hedge* foi impactado em R\$18.491 (R\$6.623 em 2022) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “*swap*” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas, para as quais possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “*swap*” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“*Fair Value Option*”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os *swaps* quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 2023, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua remensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

No exercício de 2023 o valor contábil das dívidas designadas como *Fair Value Option* foi impactado em R\$418 (R\$1.456 em 2022) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de *swap* de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	2023	2022
Dívida ⁽¹⁾	1.165.983	1.290.680
Caixa e equivalentes de caixa	(24.370)	(29.021)
Dívida líquida	1.141.613	1.261.659
Patrimônio líquido	923.372	442.452
Índice de endividamento líquido	1,24	2,85

(1) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos e debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos), conforme detalhado na nota explicativa nº 18 e 19.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, bem como se antecipando para futuras necessidades de caixa.

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível à liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise:

	Taxa média de juros efetiva ponderada (%) meses	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		151.920	-	-	-	7.850	159.770
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	13,39%	61.830	369.892	589.646	88.544	432.272	1.542.184
Instrumentos Financeiros Derivativos		5.132	122	(63.464)	-	-	(58.210)
Total		218.882	370.014	526.182	88.544	440.122	1.643.744

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementados, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras intermediárias, são como segue:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	24.370	29.021
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	24.824	21.039
Consumidores e concessionárias	6	215.480	210.200
Ativo financeiro indenizável da concessão	13	131.469	48.246
Ativos financeiros setoriais	9	14.884	18.078
Instrumentos financeiros derivativos	32	69.890	68.650

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

As dívidas da Companhia são compostas por recursos captados, principalmente, através de agentes de fomento nacional, mercado de capitais (debêntures e notas promissórias) e empréstimos bancários, denominados em real

e moedas estrangeiras, resultando em exposição a riscos de variações cambiais, de taxas de juros e índices de preços. Como parte de sua estratégia de gestão de riscos, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção econômica e financeira contra essas variações.

Para os contratos suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, a taxa de câmbio do Euro encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 com aumento de 3,91% sobre 31 de dezembro de 2022, cotado a 5,3516 R\$/Euro (5,5694 R\$/Euro em 2023). A volatilidade do Euro era de 7,76% em 31 de dezembro de 2023.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2023, excluído os efeitos dos custos com captação de R\$1.175.539 (R\$1.297.571 em 2022), (R\$142.732 em 2022) estão representados em moeda estrangeira (no ano de 2023 a Companhia não possuía saldo de dívidas bancárias em moeda estrangeira).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2023	2022
Ativo circulante	6.426	28.363
Ativo não circulante	63.464	40.287
Total do Ativo	69.890	68.650
Passivo circulante	11.680	17.303
Total do Passivo	11.680	17.303

Os saldos apresentados acima não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de “*hedge*”.

A Companhia não possui dívida em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2023.

Adicionalmente, a Companhia possui operações de *swap* de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao “*Notional*” de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de *swap* de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X EAC	105.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EAC	70.000	IPCA + 4,6249%	104,00% CDI	15/04/2026	Fair Value Hedge
JP Morgan X EAC	37.099	IPCA + 4,4744%	CDI + 1,80%	11/04/2024	Não Designada
Bofa X EAC	4.885	IPCA + 4,2297%	CDI + 0,835%	13/10/2026	Não Designada

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores foram contabilizados como “*Fair Value Option*”, vigentes em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida designada para “ <i>Fair Value Option</i> ”	-	113.514	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	(142.725)
Swap Cambial (Derivativo)	-	113.514	Posição Ativa	-	142.725
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	-	
			Posição Passiva	-	(114.362)
			Taxa de Juros CDI	-	
			Posição Líquida Swap	-	28.363
Posição Líquida Dívida + Swap	-		-	(114.362)	

A Companhia designa certos instrumentos de “*hedge*” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “*hedge*” de valor justo (“*fair value hedge*”), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2023	2022		2023	2022
Dívida (Objeto de Hedge) (1)	216.984	216.984	Taxa Pré-Fixada	(240.924)	(211.867)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge) (1)	216.984	216.984	Posição Ativa Taxa Pré-Fixada	292.662	258.064
			Posição Passiva Taxa de Juros CDI	(234.452)	(235.080)
			Posição Líquida Swap	58.210	22.984
			Posição Líquida Dívida + Swap	(182.714)	(188.883)

(1) Os empréstimos designados formalmente como *Fair Value Hedge* são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos efetuados pela Companhia em 31 de dezembro de 2023 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 18 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como valor justo conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de *Black & Scholes*, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros em 2023, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(216.984)		(216.984)	(216.984)	(216.984)
Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros					
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Pré	292.662		292.662	292.662	292.662
Variação - Taxa de Juros	-	Alta do CDI	-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(234.452)		(234.452)	(243.677)	(252.876)
Variação	-		-	(9.225)	(18.424)
Subtotal	58.210		58.210	48.985	39.786
Total Líquido	(158.774)		(158.774)	(167.999)	(177.198)

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	31.637	Alta CDI	2.847	3.559	4.271
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(571.625)	Alta CDI	(51.446)	(64.308)	(77.169)
	(535.102)	Alta IPCA	(24.722)	(30.903)	(37.083)
Subtotal ⁽²⁾	(1.106.727)		(76.168)	(95.211)	(114.252)
Total - (Perdas)	(1.075.090)		(73.321)	(91.652)	(109.981)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2024 (9,00% em 2023) ao ano, cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2023, IPCA 4,62% ao ano;

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$68.812.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, bem como se antecipando para futuras necessidades de caixa.

33. Benefícios pós emprego

33.1 Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33 (R1).

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2023 são:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa Acre	CD	Fechado	26/11/2008	Plano encerrado
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	<ul style="list-style-type: none"> Aposentadoria; Benefício por invalidez; Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$1.339 (R\$957 em 2022), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Em 2023 foi reconhecido um crédito na despesa de pessoal em contrapartida um ativo a receber do Fundo Patronal do plano de previdência, no montante de R\$920, valor originado da parcela das contribuições patronais não recebidas pelos participantes que optaram pelo resgate de saldo e que possuía alguma restrição desse resgate das contribuições patronais.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora EAC está apresentado a seguir:

	Quantidade	
	2023	2022
Ativos	357	242
Benefício Proporcional Diferido - BPD	13	1
Assistidos	56	-
Total	426	243

Migração entre planos

Em 2023 os participantes dos Planos Acre receberam a opção de migração voluntária para Plano Energisa CD, com efetivação no mês de maio/2023. O resultado da migração está apresentado abaixo:

Plano	Quantidade		%	
	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO
Plano Energisa Acre	69	91	100%	100%

33.2 Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, na modalidade pós pagamento. Nessa modalidade as contribuições mensais da Companhia para o público de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecadada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei nº 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 as despesas com o plano de saúde foram de R\$3.740 (R\$2.681 em 2022). Inclui R\$3 referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós emprego.

A seguir são apresentadas a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, a movimentação do passivo atuarial no exercício e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

	2023	2022
Valor presente das Obrigações no início do exercício	80	-
Custo do serviço corrente	3	-
Custos dos juros	9	-
(Ganho)/Perdas atuariais - ORA	(56)	80
Valor das obrigações calculadas no final do exercício	36	80
Circulante	7	12
Não Circulante	29	68

Demonstração das despesas para o exercício de 2024, segundo critérios do CPC33 (R1):

	2024
Custo do serviço corrente	3
Custos dos juros	4
Total de despesa a ser reconhecida	7

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médico são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2023	2022
	Unimed Nacional	Unimed Nacional
VARIÁVEIS ECONÔMICAS		
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,75%	6,26%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,00%	5,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	9,98%	11,57%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,00%	5,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	5,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	9,20%	9,20%
Taxa de Rotatividade	-	11,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	3,00%	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS		
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Frac)	LIGHT (Frac)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

34. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	Contrato de compra de energia ⁽¹⁾				
	2024	2025	2026	2027	Após 2027
2023 A 2053	339.426	269.718	288.835	280.439	4.781.336

⁽¹⁾ Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente em 2023 e foram homologados pela ANEEL.

35. Meio ambiente (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

- **Redes isoladas e protegidas:** são usados cabos isolados e protegidos nas redes de média e baixa tensão onde a arborização poderia ser mais afetada pelo contato com a baixa tensão energizada, e os vãos são dimensionados dentro do possível para preservar o equilíbrio ecológico;
- **Disposição e tratamento de resíduos:** para resíduos perigosos, pontualmente, a Distribuidora contrata os serviços de terceiros para que seja realizado o descarte ambientalmente correto, conforme preconiza a legislação aplicável;

- **Disposição e tratamento de resíduos:** Os resíduos oriundos da rede e de atividade parcialmente administrativas são leiloados exigindo que a empresa faça o descarte à ambientes corretos. Ex: medidores e transformadores. Os demais resíduos não perigosos e os orgânicos são descartados sem triagem e coletados pela administração pública municipal. Os resíduos de poda são entregues a Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos municipal e utilizados no processo de compostagem;
- **Emissões de gases:** A Companhia mantém a frota de veículos revisada e inspecionada periodicamente de acordo com a legislação vigente. Além disso, aderiu o Programa Ambiental do Transporte - DESPOLUIR em parceria a CNT, SEST e SENAT, conferindo um selo verde aprovado em nossa frota livre de emissões de poluentes atmosféricos;
- **Emissões de gases:** realizamos o inventário de GEE, conforme metodologia do Programa Brasileiro GHG Protocol. O inventário é uma ferramenta importante que permite a Unidade gerenciar suas emissões e traçar planos para reduzi-las. Todos os gases identificados nas fontes emissoras são convertidos para toneladas de CO₂e, respeitando as suas equivalências;
- **Contratação de fornecedores:** A ENERGISA ACRE contrata fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental, e repassa aos seus parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela Distribuidora na preservação e defesa do Meio Ambiente, zelando pelo compromisso permanente de convivência harmoniosa com os recursos naturais, que visam, em suma, preservar a vida;
- **Eficiência Energética:** Foram investidos pela EAC recursos em projetos que atendem aos consumidores residenciais de baixa renda, estimulando o consumo eficiente de energia por meio da substituição de equipamentos usados e ineficientes por outros novos e com baixo consumo de energia, além das campanhas de conscientização por meio de ações educacionais. Contribuindo a redução dos impactos ambientais no sistema de geração;
- **Projeto de Reflorestar na Amazônia:** A distribuidora buscando fortalecer a difusão da cultura de reflorestamento realizou diversas ações como: construção do viveiro e do banco de sementes e capacitação junto à comunidade indígena para fortalecer a floresta viva e saudável ao longo das gerações.

Em 2023, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$29.965 (R\$18.383 em 2022), sendo R\$29.965 (R\$18.296 em 2022) alocados no ativo intangível, em 2023 não houve despesas operacionais alocadas (R\$87 em 2022).

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

36. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2023	2022
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de ativos	87.806	6.742
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	(4.341)	2.380
Atividades Operacionais		
Fornecedores a prazo	57.702	21.114
Atividades de investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	57.702	21.114
Aumento de capital	3.014	-
Reservas de capital	298.365	-

Declaração dos Diretores da Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Rio Branco, 12 de março de 2024 .

Ricardo Alexandre Xavier Gomes

Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro

Fernando Cezar Maia

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Antônio Maurício de Matos Gonçalves

Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho

Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" AC

Declaração dos Diretores da Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Rio Branco, 12 de março de 2024 .

Ricardo Alexandre Xavier Gomes

Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho

Diretor Financeiro

Fernando Cezar Maia

Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo

Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo

Diretora de Gestão de Pessoas

Antônio Maurício de Matos Gonçalves

Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho

Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima

Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" AC

Conselho de Administração

Ivan Müller Botelho
Presidente

Ricardo Perez Botelho
Vice-Presidente

Marcelo Silveira da Rocha
Conselheiro

Diretoria Executiva

Ricardo Alexandre Xavier Gomes
Diretor Presidente

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro

Fernando Cezar Maia
Diretor de Assuntos Regulatórios e Estratégia

José Marcos Chaves de Melo
Diretor de Suprimentos e Logística

Daniele Araújo Salomão Castelo
Diretora de Gestão de Pessoas

Antônio Maurício de Matos Gonçalves
Diretor Técnico e Comercial

Gioreli de Sousa Filho
Diretor sem designação específica

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil, Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107.310/O-0 "S" AC

Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energisa Acre - Distribuidora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 “F” RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4